

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,
EXTENSÃO E CULTURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA

Vania Brayner de Barros

QUANDO AS LUTAS SE ENCONTRAM!
MST - EZLN. Movimentos iguais e diferentes.

Rio de Janeiro
2021



Vania Brayner de Barros

QUANDO AS LUTAS SE ENCONTRAM!
MST - EZLN. Movimentos iguais e diferentes.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Selmo Nascimento da Silva

Rio de Janeiro

2021

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

B277 Barros, Vania Brayner de

Quando as lutas se encontram! MST - EZLN. Movimentos iguais e diferentes. / Vania Brayner de Barros. - Rio de Janeiro, 2021.

64 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Selmo Nascimento da Silva.

1. História – Estudo e ensino. 2. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil. 3. Movimento zapatista. 4. Educação. I. Silva, Selmo Nascimento da. II. Colégio Pedro II. III Título.

CDD 907

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

Vania Brayner de Barros

Quando as Lutas se encontram!
MST - EZLN. Movimentos iguais e diferentes.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História.

Aprovado em: 15 de dezembro de 2021.

CPII

CPII

RESUMO

Dois Movimentos que se aproximam e se distanciam, concordam e divergem, mas que se encontram quando seu território é ameaçado. Um se defende com apoio principalmente da força militar o outro conta com apoio de partidos políticos; um tem total autonomia do Estado o outro luta por uma sociedade em que todos tenham oportunidades iguais. Também na educação existem semelhanças e diferenças, proximidades e distanciamento entre os dois. Este texto pretende comparar a luta dos dois movimentos (MST, no Brasil, e o Movimento Zapatista, no México) em seu trabalho pedagógico e educacional de seus participantes.

Palavras – Chave: Educação, terra, movimento,

ABSTRACT

Two Movements, which approach and distance themselves, agree and diverge but that meet when their territory is threatened, one defends itself with support mainly from the military force and the other has the support of political parties, one has full autonomy of the State the other fights for a society in which everyone has equal opportunities. Also in education there are similarities and differences, proximity and distance between the two. This text aims to compare the struggle for land, autonomy, social rights and mainly education existing in the two Movements

Keywords : Education, land, movement,

RESUMEN

Dos Movimientos, que se acercan y se distancian, coinciden y divergen pero que se encuentran cuando su territorio está amenazado, uno se defiende con apoyo principalmente de la fuerza militar el otro tiene el apoyo de los partidos políticos, uno tiene plena autonomía del Estado el otro lucha por una sociedad en la que todos tengan igualdad de oportunidades. También en educación hay similitudes y diferencias, proximidad y distancia entre ambos. Este texto pretende comparar la lucha por la tierra, la autonomía, los derechos sociales y principalmente la educación existente en los dos Movimientos.

Palabras - Clave: Educación, tierra, movimiento,

SUMARIO

1. OBJETIVO.....	14
2. APRESENTAÇÃO.....	15
3. MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.	20
3.1 - A pedagogia do Movimento, pedagogia da alternância.....	23
4. EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional.....	29
4.1 A pedagogia rebelde zapatista	32
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
5.1 Educação Formal x Educação e não formal	36
5.2 Movimento dos Sem-terra – Educação	38
5.3 Zapatismo – Educação.....	42
6. CONCLUSÃO.....	46
7. SEQUÊNCIA DIDÁTICA.....	51
8. REFERÊNCIAS	53

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Bandeira do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.....	20
Imagem 2 – A Escola Nacional Florestan Fernandes.	27
Imagem 3 – Bandeira do EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional).....	29
Imagem 4 - Escola Secundária Zapatista	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Caracóis zapatistas e sua organização política e territorial, Chiapas.	30
--	-----------

1 – OBJETIVO

Durante as aulas da pós-graduação acerca do Movimento Zapatista, em que foi falado sobre suas políticas educacionais, imediatamente pensei nas escolas do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra) do Brasil, e me pareceu viável traçar um paralelo entre os dois movimentos. Meu primeiro questionamento foi: através da questão educacional, que se tornou a principal hipótese deste texto, seria possível encontrar semelhanças na educação zapatista e do MST? Porém, as leituras me levaram ao ponto onde os movimentos se distanciam: a manutenção do sistema educacional em cada um deles. Portanto, fez-se necessário redirecionar o trabalho para, a partir de novas leituras, comparar a política educacional dos Movimentos através dos métodos utilizados por cada um. Pretendemos, portanto, identificar/comparar semelhanças, diferenças, proximidades e afastamentos nas políticas educacionais nas escolas Zapatistas e do MST.

2 APRESENTAÇÃO

Organizado em 24 estados nas cinco regiões do país, o Movimento Sem Terra, totaliza cerca de 350 mil famílias, a conquista das terras foi obtida através da organização dos trabalhadores rurais. Assentadas as famílias, ainda permanecem organizadas pelo Movimento, tornando-se este o primeiro passo na luta pela Reforma Agrária. Tais assentamento normalmente possuem pouca ou quase nenhuma infraestrutura no que diz respeito a energia elétrica, saneamento, e principalmente cultura e lazer, o que os leva a novas lutas, além da Reforma Agrária. A conquista de direitos básicos. Dada dimensão nacional as famílias dos assentamentos e acampamentos se organizam de forma participativa e democrática para a tomada de decisões, discutem as necessidades de sua região onde são escolhidos os coordenadores(as). Esta mesma estrutura organizacional é encontrada nos níveis, regionais estaduais e nacional. Para maiores discussões são feitos Congressos Nacionais que ocorrem em média a cada cinco anos, e a cada dois ocorre o encontro nacional de onde surgem as demandas levadas para o Congresso. Segundo o MST (2012, p. 8), “[...] o Congresso é um grande encontro com representação de todos os estados em que o Movimento está organizado [...]”. Assim, o Congresso configura-se a sua instância máxima; nele ocorre a “[...] tomada de decisões do coletivo sobre o que vai acontecer no próximo período.” (MST, 2012, p. 8).

“o MST tem seus territórios – assentamentos e acampamentos – distribuídos por diferentes pontos do Brasil, um país de dimensões continentais. Isso tem diversas implicações, pois, aspectos das desigualdades socioeconômicas entre as diferentes Unidades Federativas ou regiões do país podem ou tendem, em alguma medida, a refletir nas condições de vida nos assentamentos e nos acampamentos. Isso implica, ainda, uma quantidade expressiva de assentamentos e de escolas – próprias ou do Estado – com significativas diferenças entre si, especialmente no que se refere à aplicação dos princípios educativos enunciados nesta pesquisa ou no que tange aos princípios da Pedagogia do Movimento” (SILVA) 2014 p.236

O Movimento faz fortes críticas ao sistema do capital principalmente quando passa a defender uma sociedade pautada em valores ou princípios socialistas. Nos textos produzidos pelo Movimento podemos encontrar seu posicionamento acerca da questão do socialismo. No documento intitulado O MST e a escola: concepção de educação e matriz formativa, publicado em 2010, consta que o Movimento está “[...] inserido nos processos sociais mais amplos e que visam à transformação da sociedade capitalista pela via do socialismo.” (MST,

2014, p. 105). Em seu programa Agrário relativo ao VI Congresso Nacional, o Movimento diz que:

“Devemos, também, utilizar esta cartilha para debater nossas ideias e propostas junto aos demais setores da sociedade. Assim esperamos contribuir para a construção de um futuro melhor para o nosso país, alicerçado nos ideais socialistas, e legarmos, as gerações futuras, uma sociedade brasileira socialmente justa, igualitária, democrática e fraterna, como todos e todas nós sonhamos”. (MST, 2014b, p. 22). Autores como, Bauer (2009) e Dal Ri e Vieitez (2008), e alguns intelectuais orgânicos do Movimento, entre eles, Caldart (1997, 2004), Stedile (1997), Stedile e Fernandes (2001) e Mauro (apud RUBBO, 2012), também destacam esse posicionamento.

A partir da iniciativa das populações que viviam no campo, houve um movimento para que fossem criadas políticas públicas específicas para as escolas rurais, que quase não recebiam auxílio do poder público. O MST (Movimento dos trabalhadores Sem Terra), a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) e o movimento dos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos deram início ao que conhecemos como os conceitos de educação no campo. Segundo o professor de políticas públicas Salomão Ximenes da UFABC:

A educação no campo foi conquistada no Brasil pelos movimentos sociais e camponeses como uma modalidade específica de educação formal na nossa legislação. A LDB, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as resoluções do conselho nacional de educação, o plano nacional de educação reconhece o direito das populações de camponeses, ribeirinhos, povos da floresta de terem uma oferta educacional que é adequada às suas condições de vida, aos seus territórios, antes de tudo ela é um direito assegurado na nossa legislação. (XIMENES) 2014 p.126

A luta pela educação no campo não deve ser entendida isoladamente, aparece como resultado das iniciativas de movimentos sociais, dentre estes o MST, voltados para a construção de uma política educacional de acordo com a realidade do campo. A partir dos movimentos camponeses nasce a necessidade de se organizar para atuar no âmbito das garantias que deveriam acontecer através dos recursos recebidos pelas esferas Regional, Federal e Estadual. O MST através de propostas educativas específicas para os assentamentos vem com a intenção de mudar a relação de poder que existe entre as esferas públicas e assentados, dentro do Movimento podemos destacar que “os sem-terra do MST também começaram a lutar por escolas e, sobretudo, para cultivar em si mesmos o valor do estudo e do próprio direito de lutar pelo acesso a ele”. CALDART (2004, p. 91), A luta pela escola pública nos

assentamentos acontece juntamente com a luta pela Reforma Agrária. Para o Movimento “O encontro entre Movimento e Escola já

faz parte da identidade do MST e se constitui como uma das dimensões importantes da Pedagogia do Movimento. Assentamento e acampamento sem escola, não é coisa do MST, e ser Movimento, já é coisa de escola em muitos acampamentos e assentamentos. (MST, 2001c, p. 24) O Movimento defende uma educação através de uma proposta omnilateral, ampla, totalmente oposta à educação unilateral, comumente vista na sociedade capitalista. A busca concentra-se na perspectiva de fazer um processo organizado e voltado principalmente para o coletivo, tal educação deve desenvolver as capacidades do indivíduo tanto manuais quanto intelectuais. Neste sentido omnilateral nos leva a pensar sobre a busca de um processo de humanização integral, A luta pela universalização de acesso a escola pública e de qualidade e garantida pelo Estado se faz principalmente por conta da dívida que segundo o Movimento a sociedade brasileira tem com relação aos trabalhadores do campo, “e pela exigência de dar esse passo para inserir efetivamente toda nossa base social na luta e construção da reforma agrária e das transformações socialistas do campo, da sociedade”. (MST, 2014b, p. 13,). Essa luta pela escola pública, gratuita, e universal não é somente para os Sem Terra, mas também se estende a todas as classes trabalhadoras

O Movimento Zapatista, para os autores, Aguirre Rojas (2008, 2012) e Cedillo Cedillo (2008), se apresenta como *neozapatista* ou *neozapatismo*. Tais denominações são importantes para diferenciar o “zapatismo primevo – de Emiliano Zapata, do início do século XX – do Movimento da década de 1990”(SILVA), 2014 p.59, mas o Movimento se auto-apresenta como *zapatista*, como podemos encontrar em diversos documentos, entre eles, a Primera Declaración de la Selva de Lacandona (EZLN, 1994j), torna-se mundialmente conhecido em 1994, muito por conta do levante armado do EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional), ele começa a ser gestado ainda na década 1980 (MONTEMAYOR, 2009, SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS, 2003), quando os primeiros integrantes se instalaram na Selva da Lacadona, junto com indígenas locais que mais tarde formariam o futuro do EZLN mas no princípio estes eram integrantes das Fuerzas da Liberacion Nacional

O Movimento está dividido em territórios autônomos por cinco regiões administrativas oficiais do Estado de Chiapas. A maior parte destes estão localizados em áreas consideradas rurais, dispersos em diferentes pontos da Entidade Federativa mexicana, portanto apresentam diferentes, características geográficas e econômicas. Podendo estar distantes uns dos outros

centenas de quilômetros, não são necessariamente contíguos, então podemos encontrar nestes territórios alguns outros *territórios oficiais*, isso geralmente acontece porque os territórios zapatistas se encontram dentro de municípios oficiais, encontramos por exemplo dentro de um município oficial, áreas específicas habitadas ou não exclusivamente por zapatistas, estes matem suas próprias organizações autônomas com relação a saúde, educação, justiça, entre outras, não recorrem ao Estado. Por constituírem suas próprias autoridades autônomas não recorrem às autoridades oficiais.

Quanto ao projeto educacional das escolas Zapatistas, percebemos que ele nasceu depois que professores e profissionais de educação deixaram seus postos nas escolas que se encontravam nas regiões onde havia domínio dos “rebeldes” do movimento Zapatista. Abandonada, a educação estava se perdendo para os jovens e crianças que ali residiam. Em 1994, autoridades indígenas do EZLN, outros municípios que tinham alguma afinidade com o movimento, ativistas de redes de solidariedade e, mais ainda, a população local, começam a organizar o que eles denominam “escolas rebeldes”. Este movimento só é possível graças à representação destes grupos nas assembleias regionais, na posição de autoridades com a responsabilidade de deliberar pelos seus companheiros. Tais “escolas rebeldes” aparecem com uma proposição de ensino que rompe com ideias tradicionais, plantando a semente de uma educação sem a participação do Estado.

O movimento zapatista sempre se preocupou em dialogar com a população mexicana e os movimentos sociais do resto do mundo. Além das marchas, o EZLN promoveu seminários internacionais, a maioria em sua sede urbana, o Centro Indígena de Capacitación Integral – Universidad de la Tierra (Cideci-Unitierra), na periferia de San Cristóbal de las Casas. Em comemoração aos dez anos de existência dos caracoles e à proximidade de seus vinte anos de luta, os zapatistas criaram a Escuela Zapatista Global – Escuelita, para os íntimos. (ADDOR, 2014).

Na educação zapatista, podemos encontrar uma certa aproximação da proposta de educação integral/libertaria com Bakunin/Tolstói, não no sentido pedagógico, mas na construção da autonomia e autogestão das comunidades. A ruptura dos Zapatistas com o Estado Mexicano possibilitou que fosse constituído um processo de autonomia em várias áreas, inclusive na

educação, pensando uma educação ao contrário do que seria em uma escola “típica”, de baixo para cima e com participação das comunidades “caracóis¹” e trazendo para a sala de aula o cotidiano da comunidade. Esta proposta remete a Paulo Freire: “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua própria produção ou sua construção.”

A proposta não seria possível sem essa ruptura com o Estado, pois a educação institucionalizada é muito voltada para o desenvolvimento de pessoas aptas para o mercado de trabalho, trazendo essa pessoa para fornecer mão de obra e continuar girando a roda da hegemonia das classes dominantes e desenvolvimento apenas das classes burguesas. E, mesmo com todo esforço, chegaria o momento em que, por mais que os zapatistas tentassem fortalecer sua cultura através da educação, seria impossível fazer uma educação autônoma dentro do sistema de educação vigente. A educação zapatista se preocupa em fortalecer as tradições e, especialmente, o uso da língua local, o que era proibido pela educação imposta pelo Estado.

Assim como no MST, o Zapatismo pretende a manutenção do sentido de orgulho e pertencimento daqueles grupos, quer sejam indígenas ou camponeses, e, para além da educação formal, a vontade de não permitir que seu povo se distancie da luta, através do entendimento enquanto classe trabalhadora ou sem-terra. Entender a educação com algo amplo onde pode-se incluir processos de formação através da prática social do dia a dia e não somente nas escolas, mas através da luta e da resistência permeiam os dois Movimentos. Segundo SILVA (2014):

Tanto o Zapatismo quanto o MST são movimentos contra-hegemônicos ou antissistêmicos, ou seja, operam em perspectivas de questionamento à ordem social vigente e ao aparelho de Estado. Isso implica que esses Movimentos sejam, de diversas formas, perseguidos ou combatidos, tanto por diferentes aparelhos de Estado, quanto por organizações das classes dominantes, em especial por setores da imprensa, que difundem informações falsas sobre esses Movimentos. Isso tende a repercutir na possibilidade de realização de pesquisas empíricas nesses Movimentos, em especial no Zapatismo, que é composto por uma fração armada, qual seja, o Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), fato que demanda

1 Os caracóis foram idealizados pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional como centros de comunicação autônoma e de cultura social. O nome vem da metáfora das conchas de caracóis usadas como instrumento de comunicação, como o anúncio de eventos, por povos indígenas. Diz também que os primeiros deuses maias, “os sustentadores do mundo”, traziam consigo caracóis em seus corações, o que só vem a enriquecer esse símbolo. Um caracol pode ser visto também como uma base usada na produção de coisas, que são consumidas e trocadas pela produção de outros caracóis que, juntos, formam uma rede de trocas. Essa troca não se restringe a bens materiais, mas se estende aos culturais, às experiências de formas de organização igualitárias e de resistência ao poder que explora o homem, vivenciadas pela comunidade que dele fazem parte. O caracol segue um modelo autogestiniário.

desse Movimento algumas precauções em relação ao acesso a seus territórios ou instalações e à divulgação de determinadas informações.

3 – MST (MOVIMENTO DO TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA)

Figura 1 Bandeira do MST



Fonte: Site MST

A história da luta pela terra no Brasil vem de longe. Em 1850 a Lei de Terras entra em vigor, consolidando a manutenção da terra nas mãos dos grandes latifundiários, mas isso não impediu a mobilização contra essa concentração de terra nas mãos de alguns. As transformações políticas e econômicas não conseguiram diminuir a distância que separa o campesino do latifundiário apesar das lutas e resistência dos primeiros, essa luta contra a exploração continua até os dias de hoje.

Naturalmente, o MST não é o primeiro movimento de luta pela terra. Na história do Brasil há vários relatos de revoltas camponesas. Todos os movimentos anteriores, contudo, permaneceram limitados à região em que surgiram. A ação das Ligas Camponesas, nos anos 60 concentrou-se no Estado de Pernambuco e adjacências. O mesmo aconteceu com Canudos, no final do século XIX, e com o Contestado, no começo do século XX, que ficaram restritos ao nordeste da Bahia e ao oeste catarinense. Além disso, tanto em Canudos quanto no Contestado, os revoltosos eram animados por aspectos messiânicos e místicos, e ansiavam mais por um retorno ao passado do que por uma transformação do presente. (COMPARATO) 2001, p.1).

Em 1984 os trabalhadores que já vinham lutando pela democracia da terra promovem o primeiro encontro nacional na cidade de Cascavel, surgindo daí um movimento pela luta das terras improdutivas, O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra). Seus principais objetivos eram: Lutar pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais. Esta luta seria longa e até hoje atravessa a nossa sociedade. O MST ganha corpo dezesseis anos após sua fundação: já atuava em 23 estados, contava com um contingente de 1,5 milhão de pessoas, já havia assentado 350 mil famílias com 100 mil destas vivendo em acampamentos, formara associações de produção, comércio da produção, cooperativas associadas e de agro-industrialização. Em 17 de fevereiro de 1997 cerca de 1.300 integrantes do movimento

iniciam a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária. O objetivo era chegar a Brasília um ano após o Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996. Chegando em Brasília, cerca de 100 mil pessoas receberam o movimento demonstrando solidariedade pela luta por Reforma Agrária. No mesmo dia foi inaugurada a exposição de fotos de Sebastião Salgado sobre a luta pela terra, foram lançados o livro Terra, com as fotos da exposição e apresentação do escritor português José Saramago e o CD de Chico Buarque, que acompanha o livro. “5 000 000 de famílias de trabalhadores rurais que precisam de terra e não a têm, terra que para eles é condição de vida, vida que já não poderá esperar mais” (José Saramago). Os direitos autorais deste trabalho foram doados ao Movimento, que com o dinheiro arrecadado, construiu a Escola Nacional Florestan Fernandes, uma escola de formação política a toda classe trabalhadora, no município de Guararema, em São Paulo. No ano 2.000 já existiam 1.500 escolas públicas nos assentamentos—contavam também com 150 mil crianças matriculadas e cerca de 3500 professores em escolas onde se desenvolve uma pedagogia específica para o campo. De acordo com o censo agrário feito pelo IBGE em 2019, a agricultura familiar é responsável por 77% dos estabelecimentos agropecuários no país, porém em 11 anos, esse número caiu 9,5%. O instituto dá conta dessa queda além de: o homem do campo estar envelhecendo, mão de obra sendo substituída pelo maquinário, falta de instrução para entender o uso dos agrotóxicos. “Na medida que a pessoa não tenha instrução, não conheça, não saiba ler ou escrever ou não tenha condições de ler a bula do agrotóxico, que é bem complexa, isso passa a ser preocupante”, afirma Marcelo de Souza Oliveira, analista do IBGE.

Nível de instrução do produtor do total de produtores agropecuários, 15% declararam que nunca frequentaram escola; 14% frequentaram até o nível de alfabetização, e 43%, no máximo, o nível fundamental. Assim, podemos constatar que 73% do total de produtores possui, no máximo, o ensino fundamental (antigo primário) por nível de escolaridade. Do total que declarou já ter cursado escola, no máximo até o ensino fundamental, que totaliza 2 913 348 de produtores, 1 938 092 ou 66% declararam não ter terminado o curso. Além disso, 1 164 710 produtores (23%) declararam não saber ler e escrever. (Censo Agropecuário IBGE, 2019)

Com vistas de uma educação mais ampla do que uma simples educação escolar, oficial, e que traga consigo os processos da formação do indivíduo que acontecem durante as práticas sociais, na vida familiar, no trabalho e no lazer, o Movimento foi buscar uma educação que não ficasse presa apenas ao aprendizado das salas de aula tradicionais. Em 1990 na cidade de Caçador – SC surge a primeira escola de formação do MST, com o nome de Centro de Formação e Pesquisa Contestado (CEPATEC).

Após dez anos de trabalhos pedagógicos desenvolvidos na sede do CEPATEC [...], o MST necessitou vender o prédio, pois não possuía recursos para realizar a reforma necessária à manutenção da estrutura física do Centro. O fato impulsionou a busca de um novo espaço para a realização das atividades da Escola Nacional. Além disso, a mudança de local se justificava principalmente pelas mudanças ocorridas na proposta pedagógica da EN, com a inserção do trabalho como elemento educativo. As antigas instalações não ofereciam possibilidades de realização de atividades agrícolas e de oficinas pedagógicas contidas no novo currículo. Por outro lado, com o início da construção de uma sede própria para a Escola em São Paulo, com previsão de conclusão das obras para 2003, optou-se pela realização de experiências da Escola em outras regiões, como no Paraná, em março de 2001, e no Nordeste, em Sergipe, no segundo semestre do mesmo ano, objetivando enriquecer pedagogicamente a nova proposta. (CALDART, 2001, vol. 15 no. 43, p. 2)

Uma das principais preocupações do movimento é a formação política e ideológica da base, utilizando educação e trabalho, que se torna a principal base da pedagogia educacional do Movimento. Com esse pensamento, as escolas foram se multiplicando nos assentamentos, cada uma com suas particularidades. Por exemplo: quando não havia professores formados os assentados criavam um modelo de ensino em que aqueles com mais aptidão se tornam “professores”, e quando o assentamento era removido de um local, a escola era levada junto, tornando-se itinerante.

De acordo do núcleo de estudos, pesquisas e projetos da reforma agrária, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), até 2012 foram criados no país 9.070 assentamentos, com 933.836 famílias, onde as escolas priorizam a educação pela conjunção de várias “pedagogias”. O próprio Movimento dá formato à pedagogia pela luta social da terra, onde cada escola procura mostrar um caminho para formar um bom ambiente educativo.

A pedagogia do Movimento quer representar as práticas dos trabalhadores, tornando-as parte da obra educativa e formando o vínculo indispensável para o trabalho e educação. Deste modo, o processo de aprendizado se faz presente em cada assentado, fazendo parte do processo pedagógico educativo e do resgate da dignidade e autoconfiança destes, alterando o sentimento que a educação é somente para crianças. A EJA (Educação de Jovens e Adultos) levou a alfabetização de jovens e adultos, envolvendo entre 2003 e 2004 mais de 30 mil educandos e 2.000 educadores. O Estado realiza a EJA como alfabetização suplementar, mas para o MST educa-se

[...] em um tempo de vida e cada tempo de vida tem um jeito de ser trabalhado. O trabalho pedagógico do MST visa a formação humana, o próprio sujeito, afirma, portanto, deve - se reconhecer o conhecimento, a trajetória, a história de vida desses sujeitos, afirma Marcos (ENTRE os sem-terra..., 2006)

A fim de estabelecer laços mais fortes com a educação, desde a infância os “sem terrinha” já vão entendendo desde cedo sobre com quem contar e contra quem devem utilizar seus aprendizados na e da terra, com isso começa a aparecer entre eles uma consciência em relação à luta pela terra. Nas propostas de Educação do MST, percebemos que a busca pela educação não acontece só na escola, que a intenção é uma escola que, além de ter uma identidade rural, valorize os educadores e educandos e que acredite em transformar e formar pessoas. O MST, quando percebido como movimento de massa, demonstra que lutar pela terra e reforma agrária é produto de contradições sociais do capitalismo agrário e da política praticada contra a democracia pautada na conservação do latifúndio e sua antiga aliança com o capital, tornando inviável a construção de projetos de desenvolvimento no campo capazes de reduzir ou eliminar fome, migração, exploração e principalmente expropriação dos trabalhadores do campo.

3.1 - A pedagogia do Movimento, pedagogia da alternância

Segundo o Movimento, a Pedagogia da alternância “[...] brota do desejo de não cortar raízes [...]” e que visa “[...] integrar a escola com a família e a comunidade do educando. No nosso caso, ela permite uma troca de conhecimentos e o fortalecimento dos laços familiares e do vínculo dos educandos com o assentamento ou acampamento, o MST e a terra.” (MST, 1999, p. 10). A pedagogia do Movimento se denomina assim pelo fato de ela “[...] ter o Sem-terra como sujeito educativo e ter o MST como sujeito da intencionalidade pedagógica sobre esta tarefa de fazer educação” (MST, 1999, p. 6), nela encontramos suas próprias matrizes pedagógicas “[...] práticas ou vivências fundamentais neste processo de tornar mais humanas as pessoas, que também chamamos de modo para educação.” (MST, 1999, p. 6). Vejamos algumas destas: Pedagogia da luta social, “[...] brota do aprendizado de que o que educa os Sem Terra é o próprio movimento, em suas contradições, enfrentamentos, conquistas e derrotas.” (MST, 1999, p. 7), da organização coletiva, que “[...] brota da raiz que nasce de uma coletividade que descobre um passado comum e se sente artífice do mesmo futuro. ” (MST, 1999, p. 7), da terra “[...] brota da mistura do ser humano com a terra: ela é mãe, e se somos filhos e filhas da terra. Por isto precisamos aprender a sabedoria de trabalhar a terra, cuidar da vida: a vida da Terra (Gaia), nossa grande mãe; a nossa vida.” (MST, 1999, p. 8). da cultura “[...] brota do modo de vida produzido e cultivado pelo Movimento, do jeito de ser e de viver dos Sem Terra, do jeito de produzir e reproduzir a vida, da mística, dos símbolos, dos gestos, da religiosidade, da arte...” (MST, 1999, p. 9), da escolha, que “[...] brotados múltiplos

gestos e múltiplas escolhas que as educadoras e os educandos, de que o MST, deque os seres humanos precisam fazer a cada dia [...]” (MST, 1999, p. 9), e finalmente da história, segundo o Movimento, “[...] brota do cultivo da memória e da compreensão do sentido da história e da percepção de ser parte dela, não apenas como resgate de significados, mas como algo a ser cultivado e produzido. A memória coletiva é fundamental para a construção de uma identidade.” (MST, 1999, p. 10). Através da Pedagogia da Alternância encontramos uma metodologia de organização do ensino escolar onde podemos perceber a utilização de diferentes experiências para a formação do indivíduo, tendo como finalidade uma formação profissional. “A Alternância é uma proposta pedagógica e metodológica a qual considera a interação escola, família e trabalho, permitindo aos estudantes do campo estudar sem deixar de trabalhar”. (PIATTI, 2014 p.50), Surge na França a partir de 1935 com as insatisfações de um pequeno grupo de agricultores que verificaram problemas com o sistema educacional. No entendimento deles, o sistema não atendia as necessidades mais específicas da Educação para o meio rural. No Brasil, os primeiros movimentos envolvendo a Pedagogia da Alternância surgem em 1969, no estado do Espírito Santo, com o surgimento das três primeiras Escolas Famílias. Por essa metodologia, os jovens ficavam na escola; que no início era um espaço cedido na Paróquia; na outra parte do dia, ficavam nas propriedades de seus pais, onde recebiam orientações, alternando-se assim os tempos e espaços educativos onde os jovens tinham oportunidade de estudo e trabalho. “Nessa perspectiva de Alternância, há uma valorização dos conhecimentos que o jovem possui, considerando as suas experiências, por isso, além das disciplinas do currículo básico, leva -se em conta também as vivências no contexto da comunidade, primando pela formação integral do estudante.” (PIATTI, 2014 p.51) A pedagogia da alternância traz para o Movimento a proposta onde o desenvolvimento se dá através do equilíbrio entre o meio social e o indivíduo através da vivência de sua realidade de vida. Assim torna-se capaz desenvolver suas potencialidades, tomar decisões a partir do coletivo. Neste momento, a prática pedagógica revela a participação e compromisso dos pais, educadores, educandos e toda a comunidade escolar:

A Pedagogia da alternância que propõe o estabelecimento de formas de ensino possa se alternar entre a família, a comunidade rural e a escola. Tal proposta vislumbra a formação de novos sujeitos sociais, e não se restringe a escola, pois a linha educativa que sustenta a identidade dos sem-terra abrange processos sociais mais amplos. A Pedagogia da Alternância parte do princípio de que a aquisição de conhecimentos não se reduz ao aprendizado da leitura e da escrita. (LIMA, 2001, p.116-117).

Porém, isto nem sempre é possível, por vários fatores: a falta de conhecimento da pedagogia da alternância por parte da família, falta de apoio dos familiares, trabalho dos pais ou responsáveis, interferências burocráticas. Tudo isso contribui para a proposta da pedagogia da alternância não aparecer como finalidade da luta social do Movimento, que vem se alinhando a alguns setores da sociedade brasileira cujo foco é a luta a defesa da educação pública (estatal), gratuita e de qualidade. No “Manifesto das educadoras e dos educadores da reforma agrária ao povo brasileiro”, produzido no 1º Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – Brasília, 1997, esse alinhamento aparece: “Lutamos por justiça social! Na educação isto significa garantir escola pública, gratuita e de qualidade para todos, desde a Educação Infantil até a Universidade” (CALDART, 2004, p.427). Algumas atividades pedagógicas do MST conseguem desenvolver um bom relacionamento de parceria com outras instituições; dentre estas destacamos: universidades públicas federais e estaduais, Unicef, Unesco e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A diversidade dos assentamentos provoca a diversidade da pedagogia, que se altera de acordo com a dinâmica de cada local. Tal diversidade não interfere diretamente no Movimento, as escolas estão inseridas dentro dos princípios filosóficos e pedagógicos do MST, respeitando a legislação em vigor, onde os conteúdos estão divididos entre a Base Nacional Curricular e a formação da vida no campo. A pedagogia da Alternância, vista como proposta pedagógica e metodológica, traz um rompimento com o ensino cartesiano, promovendo a construção do conhecimento através de um movimento dinâmico, o que nos leva a uma compreensão da dialética do mundo, e ao sujeito que está busca seu desenvolvimento, sendo assim podemos entender que esse sujeito não está passivo dentro do contexto social em que habita, mas é totalmente ativo em cada etapa de criação deste mesmo contexto.

Com o crescimento da demanda por educação, começa a haver a necessidade para resolver os problemas de espaço físico para estas escolas, e isto envolveu tanto a construção de escolas próprias quanto a luta por “ocupação” (CALDART, 2004, MST, 2014b) ou “posse” (SILVA; DAL RI apud DAL RI *et al.*, 2015) de escolas estatais, para fins de propiciar educação escolar no Movimento. No sistema educacional do MST encontraremos tanto a educação formal quanto a não formal, o Movimento age de diferentes modos, mas em todos os níveis de educação, algumas vezes recorrendo a legislação educacional brasileira desde educação infantil ao ensino superior. O Movimento também promove, na Educação Básica, a ocupação ou a posse de escolas estatais.

É importante reafirmar que quando tratamos da construção de uma 'escola doMST' ou da 'ocupação da escola pelo Movimento' não estamos na defesa de uma escola fechada aos interesses corporativos dos trabalhadores Sem Terra ou mesmo aos desafios internos de sua organização. O que estamos afirmando é a necessidade da escola (instituição social) ser ocupada (ou deixar-se transformar) pelos seus próprios sujeitos (educandos, educadores, comunidade), na sua identidade coletiva de Sem-terra, de camponês, de trabalhador do campo, de classe trabalhadora, de ser humano, entendidas no espiral dialético entre específico e geral, entre singularidade e universalidade e não como identidades separadas ou que se negam uma à outra. (MST.2014b, p. 104)

Para a educação básica, o Movimento conta com as escolas de educação infantil, chamadas de Cirandas: “[...] o trabalho com educação no MST está organizado em todo o país, desde a educação infantil à educação superior, em várias áreas do conhecimento.” (MST 2010, p. 23). Entre suas escolas próprias podemos destacar: o Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária, Instituto de Educação “Josué de Castro” (IEJC), a Escola Nacional “Florestan Fernandes” (ENFF) e Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA). Criado em 1995, o Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária, no município de Veranópolis/RS. é um “[...] centro estratégico para formação de quadros do MST (políticos e técnicos, com destaque para a formação de professores) [...]” (MINTO, 2015, p. 314-315). O primeiro curso Superior, denominado Pedagogia da Terra, vinculado ao MST foi realizado, por intermédio de convênio, pelo Iterra em 1998. Vinculado a este temos o Instituto de Educação “Josué de Castro”, a mais antiga escola de formação de quadros do Movimento. “O IEJC começou a funcionar em janeiro de 1995, juntamente com [...] [Iterra], que foi mantenedor do IEJC até 2008, funcionava no prédio cedido pela Ordem dos Frades Menores Franciscanos (Capuchinhos).” (DAL RI *et al.*, 2015, p. 33). “A partir de julho de 2008, a nova mantenedora passou a ser o Instituto de Pesquisa e Educação do Campo (IPE - Campo).” (TORRES, FERNADES apud DAL RI *et al.*, 2015, p. 10), No começo, o IEJC contava apenas com o Curso Experimental de Formação de Professores de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, mas logo novos cursos foram criados para atender a uma crescente demanda:

[...] cursos de Ensino Médio Profissionalizante, Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos (EJA), cursos técnicos e o Curso Normal de nível médio, que preparava professores para atuar no ensino infantil, fundamental e EJA. A partir de 2001, iniciou cursos de educação superior por meio de parcerias com universidades públicas, com o início da primeira turma do Curso de Pedagogia da Terra. O Instituto surgiu da preocupação em formar técnicos, professores e militantes ligados aos assentamentos, acampamentos e à causa do Movimento. (DAL RI *et al.*, 2015, p. 33).

O MST desde seu início tem como um dos seus princípios defender e reivindicar o direito da educação a todos como dever do Estado. Porém considera que é um dever promover ações para ocupar escolas: “[...] devemos exigir do Estado que garanta escola para todo o povo, mas que em nosso caso, consideramos que é dever das comunidades ocupar a escola no sentido de garantir seu projeto político-pedagógico na perspectiva da Pedagogia do Movimento.” (MST, 2014b, p. 134). A necessidade de construir uma sede física para EN (Escola Nacional) cresce ao mesmo tempo que se desenrolam as lutas pela terra, juntamente com o avanço das políticas neoliberais no país e o debate sobre as finalidades do projeto educativo da EN acaba ganhando destaque. Em 1998, o MST lançou o Caderno de Formação nº 29, com o seguinte título: “Campanha de construção da Escola Nacional do MST”. Começa esclarecendo que “o símbolo da luta pela escolarização e o estudo será nossa Escola Nacional. Ela será fruto do suor de todos os que carregam essa bandeira” (MST,1998, p.05). Esta luta é pelo que o movimento chama “educação do campo”, que se concretiza, além de outras coisas, por meio da “construção de escolas nas comunidades rurais e agrovilas dos assentamentos, a todos jovens e adultos do meio rural, como forma de manter os camponeses e as camponesas no meio onde vivem” (MST, 2010, p. 45

Figura 2 – A Escola Nacional Florestan Fernandes



Fonte: site amigos da ENFF

Em 1996, o MST começa a pensar sobre a necessidade de construção de uma escola nacional com a intenção de ter uma sede central, alguns estados já haviam comprado suas sedes. Em 1997 o Movimento consegue comprar a sede da Secretaria Nacional em São Paulo, e inaugurar, em 1998, a Escola Nacional, que vai se tornar o símbolo da luta pelo estudo e educação. O nome da escola é uma homenagem ao sociólogo e político Florestan Fernandes, que escreveu mais de 50 obras, e foi deputado federal pelo PT em 1986 e em 1990. Para organizar e conscientizar o militantes para a obtenção de recursos foram apresentados cinco principais objetivos para a construção da ENFF: formar lideranças que contribuam para a construção de uma sociedade justa; estimular a organização social, política e econômica para superar os desafios internos da reforma agrária; buscar a prática intelectual e científica para a

transformação da sociedade; capacitar tecnicamente os militantes da reforma agrária; e, finalmente: “proporcionar o intercâmbio de conhecimentos e experiências com outras organizações de trabalhadores, rurais e urbanos” (MST, 1998, p.15). A ENFF aparece com um centro de educação e formação que “[...] oferece diferentes tipos de cursos de nível superior, de especialização, de formação etc., em geral em convênios com mais de 35 universidades e, também, mestrado sobre Questão Agrária, por meio de convênio com a UNESP e UNESCO.” (DAL RI *et al.*, 2015, p. 31-32). Todos que chegam e ficam algum tempo na ENFF (20 dias a até dois meses; esse tempo pode variar dependendo do curso) estão vinculados a algum tipo de organização em algum organismo/coletivo, o que é uma das condições para participar das atividades da Escola. A pedagogia da ENFF se apresenta individualmente e coletivamente. Na primeira, vem o desafio ao educando para seguir aprofundando os próprios estudos. O incentivo vem através da ocupação das horas de estudo e a criação de momentos de estudos individuais e por necessidade de cada um. Já o coletivo é desenvolvido dentro dos núcleos de base, com a exposição de ideias de cada membro afim de provocar o debate. Também faz parte do processo de construção da ENFF o trabalho voluntário, presente desde sua concepção, o que torna a ENFF uma permanente obra em construção apoiada por todos, inclusive o educando, que, para continuar estudando, precisa ter em mente que a manutenção da escola vai criar a oportunidade de outros estudarem. Todos têm que doar horas de trabalho diário nos setores da escola, o trabalho possui uma dimensão pedagógica e educativa muito importante e fundamental, todos participam de forma organizada que conduz a uma divisão de tarefas e responsabilidades e o cumprimento das atividades práticas, de estudo, saúde e cultura. Essa organicidade é fundamental e constitui uma dimensão pedagógica. A ENFF surge com a responsabilidade de ser um modelo de escola gratuita e de qualidade, com quatro valores fundamentais: o estudo, a solidariedade, trabalho voluntário e as formas alternativas de construção e produção. Estes pilares até hoje sustentam a estrutura física, política e pedagógica da ENFF, que conta com: 1 prédio do Refeitório; 2 anfiteatros; auditório para 200 pessoas; Telecentro (computadores com acesso à internet), Casa de Artes Frida Kahlo; 3 salas de aula com capacidade para 210 pessoas; ciranda infantil Saci Pererê; ilha de edição da Rádio ENFF; Quadra Poliesportiva coberta; 4 prédios de alojamentos; campo de Futebol, vila com moradias para integrantes da brigada permanente, espaço de leitura; e biblioteca com mais de 40.000 títulos, tudo adaptado com acessibilidade para portadores de necessidades especiais

4 – EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional)

Figura 3 – Bandeira do EZLN



Fonte: EZLN (2014d)

O movimento zapatista aparece em 1983, nas montanhas de Chiapas, quando um número de indivíduos foi viver lá em busca de aprendizado de como sobreviver em um ambiente hostil e treinar métodos de combate ao exército mexicano. Com o tempo, começaram a fazer parte do grupo jovens indígenas e camponeses que queriam defender suas comunidades dos latifundiários nas suas regiões. O movimento zapatista tem origem na constituição do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que tem esse nome inspirado na luta de Emiliano Zapata, um dos principais personagens da Revolução Mexicana de 1910.

Assim denominado após 1º de janeiro de 1994, quando o Exército Zapatista de Libertação Nacional rompe o silêncio e declara guerra ao governo, no mesmo dia em que o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) entre Estados Unidos, Canadá e México foi oficialmente declarado. Quando ocorreu o levante armado em várias partes de Chiapas, suas demandas apresentadas na 1ª Declaração da Selva Lacandona eram: trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz. A princípio, o EZLN parecia a representação de uma “força beligerante” que lutava pela libertação nacional, talvez porque em sua declaração de guerra exigia a deposição do Presidente Carlos Salinas de Gortari, utilizando o princípio da soberania popular expresso na Constituição dos Estados Unidos Mexicanos. Seu porta voz foi o Subcomandante Marcos, que, na estrutura militar, estava sob as ordens do Comando Geral do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (CCRI-CG). Os confrontos duraram doze dias. O EZLN lidera um

movimento pela autonomia, acompanhado pela sociedade civil, o povo daquela região viu na luta uma alternativa, em busca de dignidade, trazendo uma comunhão social para aquele lugar, essa apropriação social surge a partir da autonomia das comunidades, por meio de gestão democrática do território. Com o aumento da violência no ano de 2001 e ameaças de despejo nas comunidades indígenas, o movimento começa a se preocupar com a organização interna dos Municípios Autônomos, principalmente por conta de algumas contradições que existiam naqueles municípios. “No hay que esperar hasta cuando el mal gobierno dé permiso. Debemos organizarnos como verdaderamente rebeldes y no esperar que alguien nos dé permiso para ser autónomos, sin ley o con ley”, afirma o Comandante do EZLN, Brus Li, em 1 de janeiro de 2003 (MUÑOZ RAMÍREZ, 2011). No ano de 2003 os Aguascalientes dão lugar aos Caracóis, centros políticos administrativos de autogoverno zapatista. (Ver Tabela 1 abaixo).

Tabela 1– Caracóis zapatistas e sua organização política e territorial, Chiapas

Caracol	Zona territorial	JBG	Sede regional	MAREZ	Povos habitantes
I. Madre de los Caracoles del Mar de Nuestros Sueños	Selva Fronteriza	Hacia la Esperanza	La Realidad	- General Emiliano Zapata - San Pedro de Michoacán - Libertad de los Pueblos Mayas - Tierra y Libertad	Tseltal Tojolab'al Mam
II. Resistencia y Rebelión por la Humanidad	Altos de Chiapas	Corazón Céntrico de los Zapatistas delante del Mundo	Oventik	- San Andrés Sakamch'en de los Pobres - Santa Catarina - San Juan de la Libertad - San Pedro Polhó - Magdalena de la Paz 16 de Febrero - San Juan Apóstol Cancuc	Tsotsil Tseltal
III. Resistencia Hacia un Nuevo Amanecer	Selva Tseltal	El Camino del Futuro	La Garrucha	- Ricardo Flores Magón - Francisco Gómez - San Manuel - Francisco Villa	Tseltal Ch'ol Tsotsil Tojolab'al
IV. Torbellino de Nuestras Palabras	Tzots Choj	Corazón del Arcoiris de la Esperanza	Morelia	- 17 de Noviembre - Lucio Cabañas - Comandanta Ramona	Tseltal Tsotsil Tojolab'al
V. Que Habla para Todos	Norte de Chiapas	Nueva Semilla que va a Producir	Roberto Barrios	- Benito Juárez - La Paz - El Trabajo - Francisco Villa (II) - Akabalná - La Dignidad - Vicente Guerrero - Rubén Jaramillo - El Campesino	Ch'ol Tseltal Zoque

Fonte: Baronnet (2012, p. 22)

Cada Caracol reúne-se em assembleia para definir suas próprias autoridades, procuram trabalhar junto com a prática e a partir dos sete princípios do “mandar obedecendo”², essas

² “Obedecer y no mandar / Representar y no suplantar / Bajar y no subir / Servir y no servirse / Convencer y novencer / Construir y no destruir / Proponer y no imponer”

autoridades estão distribuídas em três níveis de organização: local (conselheiros autônomos escolhidos nas comunidades), municipal (conselheiros dos MAREZ) e o regional com as Juntas de Bom Governo (JBG) de cada Caracol, outras duas instituições compõem esse sistema político:

Com as JBG foram criados também nos espaços dos Caracóis duas outras instituições, menos visíveis e apontadas pelas reflexões sobre o autogoverno zapatista: as Comissões de Vigilância e as Comissões de Informação. As primeiras são responsáveis pela fiscalização das atividades das JBG[...]. Em La Garrucha, fui informado que os membros de dita comissão são indicados por uma assembleia geral de autoridades locais das comunidades (agentes, comisariados e responsables). Por sua vez, as Comissões de Informação cuidam da vigilância e da ordem nos Caracóis, zelando também pelo cumprimento dos princípios zapatistas por parte das JBG. Seus membros são indicados diretamente pelo EZLN (BRANCALEONE, 2012, p. 272).

Os municípios autônomos promovem sua organização a partir de coletivos encarregados, cada um, de sua própria administração, justiça e resolução de conflitos. Junto com estes existem também os comitês responsáveis pelas principais áreas de trabalho coletivo, tais como saúde, educação produção e comercialização e ocupação da terra.

Formadas por representantes escolhidos a cada três anos pelos municípios, e tendo como principais responsabilidades: cumprimento dos princípios ético-políticos do movimento, coordenação de projetos relativos ao conjunto dos municípios zapatistas, mediação dos conflitos internos e as relações com a sociedade civil, cada município tem autonomia para se estruturar de acordo com sua realidade, alguns deles têm apoio e contam com uma contribuição significativa de Organizações Não Governamentais (ONGs), grupos solidários ao movimento, que ajudam na construção das escolas, hospitais, clínicas, sistemas de água potável, entre outros projetos. Também sobrevivem com recursos do trabalho coletivo e a comercialização da produção para grupos apoiadores do México e de outros países.

A partir de 2005, com a organização da “*Zezta Internacional*”, surge uma nova estratégia política, na Sexta Declaração da Selva Lacandona, podemos ver que no Exército Zapatista houve uma construção do apoio econômico e política da sociedade civil que permitiu as comunidades zapatistas avançarem em seu processo de autonomia e na melhoria da sua

condição de vida, surgem decisões de encontrar soluções para as demandas relacionadas aos direitos e à cultura indígena, que foram discutidas nos Acordos de San Andrés.³

4.1 A pedagogia rebelde zapatista

Quando as comunidades indígenas perderam o controle de suas terras, principalmente no Estado mexicano de Chiapas, os indígenas ficaram em situação precária: faltava saúde, educação, dentre outras obrigações do estado. A semente do sistema de ensino zapatista surge nas comunidades da serra e da floresta, Altos de Chiapas, no México, depois que muitos professores deixaram aquelas localidades por medo das tensões locais. Assumem então os “promotores de educação” escolhidos pelas assembleias das comunidades, assim chamados porque são considerados responsáveis por “promover” os conhecimentos (ROJAS, 2012, p. 142). Na concepção zapatista, o “promotor” é um membro da comunidade, que as crianças conhecem e acabam por confiar mais nele. Ele não está lá para ensinar a verdade que aparece nos livros como nas escolas formais, mas “ensinar aprendendo” (Coordinación General del Sistema Educativo de la Zona Altos de Chiapas, 2007).

O governo não respondia às necessidades dos povos, as línguas foram desaparecendo, não havia transporte, era longe e os professores não queriam vir. Cada povo escolheu seu promotor para que se capacite. Vimos que havia mais clareza porque o promotor era do povo e falava sua própria língua, coisa que o governo não pôde fazer e continua não podendo porque o governo queria preparar as crianças para que as crianças crescessem com essa mentalidade individualista. (Companheiro Jesus, Caracol 1 “Hacia la Esperanza”, II Encuentro de los Pueblos Zapatistas com los Pueblos del Mundo, Mesa 2 -La Otra Educación)

Eleitos por suas comunidades, não recebem salários. Em troca, a comunidade se une para suprir suas necessidades, normalmente com a doação produtos alimentícios, também oferecendo trabalho em seu “pedaço” de terra e, se tiverem condições, proporcionando a compra de passagens para sua locomoção. “Na atualidade, os promotores zapatistas são atores

³ acordos firmados entre o Exército Zapatista de Libertação Nacional e a mexicano governo, então chefiado pelo presidente Ernesto Zedillo. Os acordos foram assinados em 16 de fevereiro de 1996, em San Andrés Larráinzar, Chiapas, e concedeu autonomia, reconhecimento e direitos à população indígena do México, baseados nos princípios de respeito pela diversidade da população indígena de Chiapas, a conservação dos recursos naturais nos territórios usados e ocupados pelos povos indígenas, uma maior participação das comunidades indígenas nas decisões e controle dos gastos públicos, a participação das comunidades indígenas na determinação de seus próprios planos de desenvolvimento e a autonomia das comunidades indígenas e seu direito de livre determinação no âmbito do Estado, foram discutidos e aprovados por representantes de todas as comunidades indígenas do México e traduzidos para dez línguas indígenas. Presidente Zedillo e o Partido Revolucionário Institucional (PRI) no entanto, ignorou os acordos e, em vez disso, aumentou a presença militar com o apoio político de outros partidos políticos importantes Partido da Revolução Democrática e Partido da Ação Nacional (PRD e PAN)

que sacrificam seu tempo e sua economia familiar para se dedicar à docência, em detrimento das atividades produtivas como o cultivo de milho, feijão ou café” (BARONNET,2009, p. 214).

A partir de suas experiências como indivíduo, na comunidade zapatista, o jovem desperta para qual o motivo de sua luta, separar e entender o que é a justiça e injustiça e principalmente sobre companheirismo. A autonomia zapatista está na prática de sala de aula, que só é possível por conta da liberdade pedagógica exercida pelo promotor; sendo assim, encontramos a liberdade de ensinar que tem como pilares critérios como autodeterminação política e cultural. A escola Zapatista autônoma possui uma organização própria, não depende de critérios, normas, regulamentos impostos de fora (Estado) e possibilita que os jovens recebam uma educação pautada na transmissão do conhecimento, com prioridade aos conhecimentos coletivos destas comunidades.

O que queremos conseguir com essa nova educação autônoma? Nessa nova educação autônoma queremos lutar para acabar com a má distribuição dos graus de estudo ou a má organização da educação do sistema capitalista. Queremos também conseguir a participação de meninos e meninas, jovens, adultos entre homens e mulheres, por que não mencionar nossos companheiros anciãos e anciãs? Porque eles e elas são os que guiaram nossos passos dentro de nossa luta. Também queremos ensinar uma história verdadeira de nossos povos, país, mundo, a nossos meninos e meninas. Também queremos uma educação que fortaleça nossa cultura, nossa língua materna, nossa própria forma de educação em cada família. Queremos uma educação também que nos ensine o coletivismo, a unidade, a disciplina, o companheirismo. Queremos uma educação que saiba responder as necessidades de nossos povos de acordo com a região onde vive. Queremos uma educação que nos ensine alguma técnica de trabalho, que nossas comunidades, de todos os trabalhos que estamos realizando em nossas comunidades. Queremos uma educação onde se respeite nossa cultura e não zombemos dela. Queremos uma educação que nos ensine o justo, para praticar a justiça. Queremos uma educação onde se respeite a igualdade de direitos entre homens e mulheres e a defendê-los com dignidade. Queremos uma educação onde se respeite a sabedoria e se de valor a nossa dignidade. E queremos uma educação também em que se ame o trabalho, onde se ame a vida, onde se ame também a vida de nossa mãe natureza. (SANTOS, 2008, pag. 76)

Nas regiões autônomas dos Altos e na Selva Lacandona, são trabalhados dois níveis: escola primária e secundária. Vale lembrar que estes jovens vivem na educação autônoma a ruptura completa com o Ministério da Educação Pública, porém com o aumento da demanda se fez necessário a formação de jovens para a alfabetização de crianças. Uma maior aproximação das organizações da sociedade civil se deu através da Escuelita Zapatista, que, além da educação promovida dentro das comunidades, também recebe pessoas de outras cidades do México e do mundo, que vêm em busca das experiências de viver e aprender com as

comunidades zapatistas uma formação e construção da autonomia política. Os zapatistas não têm a intenção de explicar o que significa ser zapatista, ou dar qualquer manual sobre como desafiar o capitalismo, muito menos doutrinar estes visitantes com suas ideias, a Escuelita foi um projeto para convidar a todos que passaram por lá e experimentar a autocrítica, autorreflexão, e através desse momento de proximidade mostrar que esses são os únicos dogmas irrevogáveis do seu movimento.

Na educação primária, o ensino gira em torno do ensino de ciências naturais, ciências sociais, matemática, humanismo, línguas e produção, que inclui noções de cuidado e preservação do meio ambiente; no ensino secundário as matérias ensinadas são: estudos sobre a saúde pessoal e coletiva geografia, saneamento, agroecologia, história, produção, práticas de cultivo, filosofia, comércio, ciência da computação, entre outras. A relação entre prática e teoria das matérias também faz parte da formação. Cerca de mil e setecentas pessoas de nacionalidades diferentes formaram a primeira turma do curso, entre 11 e 17 de agosto de 2013: “*La libertad según l@s Zapatistas*”, apoiadores de diversas áreas, artistas, intelectuais, jornalistas independentes ou inseridos em coletivos, acompanharam o cotidiano dos trabalhos nessa primeira etapa do curso em cinco Caracóis distintos, cada estudante foi recebido por uma família zapatista e seu “*Votán*”, ou seja, uma pessoa para acompanhar seus dias de *Escuelita* como uma espécie de “guardião”. O Subcomandante Moisés explica que todos os zapatistas estavam se preparando para participar:

(...) todos los pueblos zapatistas participarán en esta escuela. Ustedes tendrán 3 equipos de maestras y maestros: las compañeras y compañeros de las comunidades que los van a recibir, hospedar y alimentar; las compañeras y compañeros que los van a acompañar todas las horas y los van a estar cuidando, o sea las guardianas y los guardianes, o sea su VOTAN; y luego sus maestras y maestros en la escuela. (EZLN, 2013 p.23)

Foram organizadas outras duas turmas em dezembro de 2013 e janeiro de 2014, somando ao todo 5.500 alunos e mobilizando cerca de 4.000 educadores indígenas, de acordo com Morel (2018) a Escuelita na visão de uma zapatista serve

para que "os povos possam ver como a experiência zapatista pode contribuir para as lutas presentes nas diferentes realidades de cada um" e, também, para “aumentar a capacidade de escuta muitas vezes esquecida entre os *kaxlans*” (MOREL, 2018, p. 94).

Morel, que também participou da *Escuelita*, analisa em sua tese o quanto esse processo de ensino-aprendizagem traz uma reflexão entre indígenas zapatistas e as pessoas que vieram de centros urbanos que trazem consigo experiências de organização política e de vida completamente diferentes, que baseadas em uma proposta de alteridade radical, dessa relação emergem conflitos e trocas, que acabam se tornando fundamentais na experiência pedagógica.

Figura 4: Escola Secundária Zapatista



Fonte: Revista Rupturas

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encontramos uma produção bibliográfica bastante variada sobre os movimentos sociais e educação, alguns autores escrevem a partir de diferentes referenciais e perspectivas ao fazer sua análise sobre os as políticas educacionais, podemos destacar entre eles, Aguirre Rojas (2012), Alonso (2009), Barbosa (2015, 2016), Boneti (2007), Dal Ri (2004), Dal Ri e Vieitez (2008), Galvão (2008), Gohn (1994, 2011) e Zibechi (1999). Analisando alguns textos e suas variações percebemos que não existe um consenso sobre o que seriam os movimentos sociais, em termos gerais existe uma concordância que de os movimentos sociais é uma expressão usada para denominar

organizações estruturadas com a finalidade de criar formas de associação entre pessoas e entidades que tenham interesses em comum, para a defesa ou promoção de certos objetivos perante a sociedade. [...] Os MS atuam no ambiente público, político e representativo e, geralmente, não se submetem às mesmas regras jurídicas e legais que os agentes políticos e 53 associativos tradicionais, como partidos, sindicatos e cooperativas. (DAL RI, 2017, p. 168)

São dois Movimentos Sociais muito expressivos quando se trata educação na América Latina, influenciando outros movimentos ou coletivos de trabalhadores. Conforme Barbosa

En las últimas tres décadas observamos la materialización de proyectos educativo-políticos articulados por los movimientos sociales, en los cuales *conocimiento* y *resistencia* son considerados pilares en la formación del sujeto histórico-político y en la disputa política. Entre aquellos más emblemáticos están las experiencias educativas articuladas por el Movimiento Zapatista, el Movimiento de los Sin Tierra (MST) y la Vía Campesina Internacional (2016, p. 59)

Seus projetos educativos têm aparecido bastante em pesquisas que partem de “perspectiva político-ideológicas ou teórico-metodológicas” (GOHN, 2021). Segundo Dal Ri e Vieitez (2008, p. 28) “[...] a práxis educacional [...] do MST é diferenciada tanto em relação à escola oficial quanto em relação a outras proposições críticas existentes [...] dada a sua originalidade e possíveis virtualidades teóricas e práticas”. Tais referências também são encontradas nas pesquisas de Menezes Neto (2016) e Baronnet (2009,2011). Tratando da analogia em relação aos métodos de educação do Movimento Zapatista, a relevância dos movimentos sociais e de seu caráter educativo é destacada por Gohn,

A relação movimento social e educação existe a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais. Ocorre de duas formas: na interação dos movimentos em contato com instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações. (GOHN 2011, p. 334),³¹

Também existem alguns princípios educativos comuns ou gerais entre as proposições educacionais e suas aplicações ou experiências realizadas nas escolas do Movimento Zapatista e do MST, Silva propõe a seguinte hipótese:

Movimentos têm princípios educativos comuns. Esses princípios são: a) elaboração e implantação de um projeto próprio de educação; b) negação, condicional ou incondicional, da educação oficial; c) implementação da gestão democrática nas suas associações e escolas; d) formação dos próprios educadores; e) articulação entre educação e trabalho produtivo; f) a constituição e a veiculação de uma ideologia própria. (SILVA, 2019. p 24)

5.1 Educação Formal x Educação informal e não formal

Encontramos uma característica marcante quando se fala em educação nos movimentos sociais, o aprendizado prático-teórico que aparece através da vivência de cada indivíduo e da relações sociais que decorrem de suas lutas (DAL RI, 2017, DAL RI; VIEITEZ, 2008). No entendimento de Barbosa (2015, p. 31),

Indubitavelmente, los movimientos sociales constituyen este sujeto político que pone en evidencia la profunda contradicción estructural subyacente al y propia del capital; que denuncia de par a par las múltiples formas de sojuzgar propias de un modelo político-económico que edificó su dominación más allá del campo económico, hincando raíces profundamente

arraigadas a esquemas simbólico-ideológicos que dan sostenimiento a la dominación vivida en nuestros días.

Tal aprendizado vai além do indivíduo em sua subjetividade, porque todas as atividades dentro do movimentos são coletivas em várias dimensões, a principal mudança proposta não está na prática do cotidiano mas nas relações sociais, não é um processo de aprendizagem individual, mas o resultado de um processo de politização e do desenvolvimento da consciência individual onde o mais importante é dado no plano coletivo (GOHN), 1994, p. 53

Dentro de suas especificidades, várias modalidades podem aparecer em diferentes regiões e momentos, podendo estar ligados entre si mas com finalidades distintas, principalmente no que diz respeito à concepção da realidade que vivem. Gohn estabelece que a educação formal ocorre no âmbito das instituições escolares e tem um currículo previamente estabelecido. A educação que se encontra fora do ambiente escolar configura-se educação informal. Na educação informal, segundo Gohn

[...] os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização – na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados: e a educação não-formal é aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas (2006, p. 28),

Seguindo essa linha, podemos dizer que a educação formal seria aquela educação escolar onde um currículo deve ser seguido previamente definido e em ambos os casos, tanto no Brasil quanto no México são regidos e regulamentados. Educação informal seria aquela que encontramos nos núcleos familiares e comunitários. Ainda temos um terceiro tipo de educação, a não formal, aquela que encontramos nas organizações e instituições, porém sem a mesma configuração da escola formal. Então podemos considerar que o tipo de educação que encontramos nos movimentos sociais em questão não seria uma educação não formal, mas uma combinação entre os tipos de educação dos quais falamos. Movimentos Zapatista e MST, além da educação apresentada através das relações sociais e práticas cotidianas dos seus territórios e o fato de haver uma “escola”, nos diz que ali também existe a educação formal na forma da educação em sala de aula. Existe aí uma ligação entre os movimentos sociais e a educação, podemos encontrar essa ligação através de como seus indivíduos se relacionam e participam dos movimentos. Para Gohn essa participação resulta num processo de

conscientização acerca da dinâmica dos processos sociais, tornando-a por si educativa, um processo educativo autoconstruído, resultante de diferentes aprendizagens:

- 1) Da aprendizagem gerada com a experiência de contato com fontes de exercício do poder
- 2) Da aprendizagem gerada pelo exercício repetido de ações rotineiras que a burocracia estatal impõe.
- 3) Da aprendizagem das diferenças existentes na realidade social a partir da percepção das distinções nos tratamentos que os diferentes grupos sociais recebem de suas demandas.
- 4) Da aprendizagem gerada pelo contato com as assessorias contratadas ou que apoiam o movimento. (GOHN 1994, p. 50-51),

Sendo assim, podemos dizer que a educação praticada nestes movimentos sociais se dá sobretudo através de aprendizado prático-teórico advindos das suas vivências, relações sociais e sobretudo das suas lutas diárias em busca da manutenção dos próprios movimentos. Ainda conforme Gohan “[...] os movimentos sociais, das diferentes camadas sociais, com suas demandas, organizações, práticas e estruturas, possuem um caráter educativo, assimilável aos seus participantes e à sociedade mais ampla.” (1994, p. 111), sendo assim, podemos encontrar nestes movimentos a possibilidade de diferentes aprendizados que acabam alcançando segmentos de determinadas populações através das suas atividades teórico-práticas, suas lutas, conquistas e derrotas. No entendimento de Gohn o caráter educativo dos movimentos sociais tem potencialidade de alcançar inclusive “[...] os órgãos públicos envolvidos – quando há negociações, diálogos ou confrontos (2011, p. 333). Podemos perceber que a educação e aprendizado ultrapassam a dimensão individual levando em conta que suas atividades envolvem todo um coletivo. Para Barbosa,

Indubitablemente, los movimientos sociales constituyen este sujeto político que pone en evidencia la profunda contradicción estructural subyacente al y propia del capital; que denuncia de par a par las múltiples formas de sojuzgar propias de un modelo político-económico que edificó su dominación más allá del campo económico, hincando raíces profundamente arraigadas a esquemas simbólico-ideológicos que dan sostenimiento a la dominación vivida en nuestros días. (2015, p. 31).

O principal ponto que promove essa alteração da prática do cotidiano destes movimentos está nas relações sociais. “Não se trata de um processo apenas de aprendizagem individual, que resulta num processo de politização dos seus participantes. Esta é uma das facetas mais visíveis. Trata-se do desenvolvimento da consciência individual. Entretanto, o resultado mais importante é dado no plano coletivo” (GOHN, 1994, p. 53.)

5.2 Movimento dos Sem-terra - Educação

Na visão MST, a conquista da educação é um trabalho árduo tanto quanto a busca pela terra, a luta pela reforma agrária está intimamente ligada à luta para que também existam escolas públicas nos assentamentos. Esta movimentação por uma escola pública acontece porque a educação tem valor significativo. Segundo o Movimento:

O encontro entre Movimento e Escola já faz parte da identidade do MST e se constitui como uma das dimensões importantes da Pedagogia do Movimento. Assentamento e acampamento sem escola, não é coisa do MST, e ser Movimento, já é coisa de escola em muitos acampamentos e assentamentos. (MST, 2001c, p. 24)

A vontade de propiciar educação escolar nos assentamentos está presente desde o início do Movimento, que “[...] luta desde 1984 pelo acesso à educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis para as crianças, jovens e adultos de acampamentos e assentamentos.” (MST, 2010, p. 23). Também faz parte dessa luta a defesa irrestrita levantada pelo Movimento da escola pública, gratuita e universal, garantida pelo Estado. A luta pela educação vai mais além, a luta pela concepção de escola e educação adequadas ao campo e suas especificidades econômicas e culturais por exemplo, uma educação para o Campo:

Trabalhamos por uma identidade própria das escolas do meio rural, com um projeto político-pedagógico que fortaleça novas formas de desenvolvimento no campo, baseadas na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito ao meio ambiente e na valorização da cultura camponesa. (MST, 2014b, p. 20)

A concepção própria de educação e de pedagogia do Movimento, quer seja na educação informal, não formal ou formal, é crucial e inegociável, “Em geral, e também no caso do MST, sempre associamos muito educação com escola. Talvez porque vivemos num momento da história das sociedades onde uma significativa parte da socialização (principalmente das crianças) é atribuída à escola.” (MST, 1996, p. 4).

A escola é uma agência de educação muito importante na sociedade atual. Por isso lutamos para que as escolas que vamos conquistando nas áreas de acampamento e assentamento (bem como no conjunto das comunidades camponesas) realizem sua tarefa educativa também na perspectiva desta intencionalidade formativa maior que temos como Movimento Social, como classe trabalhadora. (MST, 2014b, p. 103)

Dentre alguns requisitos, esta escola, ainda que pública, deve promover a educação por meio da vivência: “[...] novas relações sociais que produz e reproduz, problematizando e propondo valores, alterando comportamentos, desconstruindo e construindo concepções, costumes,

ideias.” (MST, 1999, p.78). Também precisa estar organizada de acordo com a Pedagogia do Movimento, sendo necessário intensificar os vínculos com a terra. Assim, a escola

[...] pode ajudar a perceber a historicidade do cultivo da terra e da sociedade, o manuseio cuidadoso da terra - natureza - para garantir mais vida, a educação ambiental, o aprendizado da paciência de semear e colher no tempo certo, o exercício da persistência diante dos entraves das intempéries e dos que se julgam senhores do tempo. Mas não fará isso apenas com discurso; terá que se desafiar a envolver os educandos e as educadoras em atividades diretamente ligadas à terra. (MST, 1999, p. 8)

Outra necessidade destas escolas é promover vínculos entre os educandos e o Movimento; estes vínculos são necessários para produzir o fortalecimento da identidade dos Sem-terra, tornando-se componente pedagógico fundamental. O Movimento ressalta a necessidade de se

[...] resgatar os símbolos, as ferramentas de trabalho e de luta, a mística do Movimento. E fazer do tempo de escola um tempo onde os educandos possam refletir muito sobre as várias dimensões da sua vida, de sua família, e também da grande família chamada Sem Terra. Fará isto não apenas através de conversa, mas principalmente através de práticas e de exemplos que permitamos educandos olharem para si e para os outros. E as educadoras estarão junto com os educandos neste fazer, alimentando a capacidade de analisar as falhas e propor formas de superar os limites. (MST, 1999, p. 9)

Notemos então que a escola do Movimento não gira em torno de si e não tem como objetivo apenas ensinar conteúdos didáticos, é necessário contribuir para as demandas dos assentamentos, sejam elas imediatas ou não. A Pedagogia do Movimento é composta, também, por princípios pedagógicos. Segundo o MST “os princípios pedagógicos se referem ao jeito de fazer e de pensar a educação, para concretizar os próprios princípios filosóficos.” (MST, 1996, p. 4) O primeiro princípio pedagógico diz respeito à relação entre prática e teoria, ou seja, a prática social, “um novo projeto de desenvolvimento social para o campo, educar para a ação transformadora, isto quer dizer que precisamos de pessoas capazes de articular, com cada vez mais competência, teoria e prática, prática e teoria.”. (MST, 1996, p.10-11). O segundo trata da combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação: “[...] nem tudo se aprende da mesma maneira, e nem todas as dimensões da educação podem ser trabalhadas do mesmo jeito, ou com a mesma metodologia.” MST (1996, p. 11). O terceiro refere-se à realidade como base da produção do conhecimento: “[...] precisamos nos preocupar em como garantir que nossos educandos/nossas educandas produzam conhecimento. Conhecimento sobre o quê? Sobre a realidade. [...] A realidade é o mundo!” (1996, p. 13). O quarto tem relação com os

conteúdos formativos socialmente úteis: “[...] os conteúdos são instrumentos para atingir nossos objetivos, tanto os ligados ao ensino quanto à capacitação.” (MST, 1996, p. 14). O quinto refere-se à educação para o trabalho e pelo trabalho: “[...] o trabalho tem um valor fundamental. É o trabalho que gera riqueza; que nos identifica como classe; e que é capaz de construir novas relações sociais e novas consciências, tanto coletivas como pessoais.” (MST, 1996, p. 15). O sexto trata do vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos, que dizem respeito “[...] ao modo de governar/dirigir a vida social, pública. Envolvem as relações de poder que se estabelecem na sociedade em vista de conservar ou de transformar o jeito em que está organizada.” (MST, 1996, p. 16). O sétimo faz referência ao vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos: “[...] é experimentando outros tipos de relações que até podemos descobrir como, de fato, toda a sociedade pode ser diferente.” (1996, p. 17). O oitavo é o do vínculo orgânico entre educação e cultura: “[...] tudo aquilo que as pessoas, os grupos e as sociedades produzem para representar ou expressar o seu jeito de viver, de entender e de sonhar o mundo.” (MST, 1996, p.18). O nono é o que se refere à gestão democrática: “[...] não basta os educandos estudarem ou discutirem sobre ela; precisam também, e principalmente, vivenciar um espaço de participação democrática, educando-se pela e para a democracia social.” (MST, 1996, p. 19). O décimo trata da auto-organização estudantil: “auto-organizar-se significa ter um tempo e um espaço autônomos para que se encontrem, discutam suas questões próprias, tomem decisões, incluindo aquelas necessárias para sua participação verdadeira no coletivo maior de gestão da escola.” (MST, 1996, p. 19-20). O décimo primeiro refere-se à criação de coletivos pedagógicos e a formação permanente dos educadores: “o princípio do trabalho de educação através de coletivos pedagógicos está ligado a outro princípio que é igualmente importante: quem educa também precisa se educar continuamente.” (MST, 1996, p. 21). O décimo segundo está sob o título de habilidades de pesquisa: “[...] um esforço sistemático e rigoroso que se faz para entender mais a fundo (cientificamente) aquilo que é para nós um problema. Pesquisar é construir a solução de um problema [...]”. Por fim, o décimo terceiro princípio pedagógico faz referência à combinação entre os processos pedagógicos coletivos e individuais: “[...] isolada, individual, mas sim como sujeito de relações, com outras pessoas, com coletivos, e com um determinado contexto histórico, social.” (MST, 1996, p. 22). A partir destes princípios podemos concluir que o MST vem superando suas dificuldades e a partir destas construiu suas próprias escolas. Suas pedagogias, conseguiram manter e direcionar seus esforços em educação transformando assentados

em transformando em cidadãos conscientes sobre a sua posição na sociedade, preparados para lutar pelos seus direitos de cidadão, a partir do conhecimento, educação e cultura.

A formação dos Sem-terra nos remete a um processo de *fazer-se humano na história* que está produzindo e sendo produzido em um *movimento de luta social*, também constituído como parte de um *movimento socio-cultural* mais amplo; mesmo sem que os Sem Terra tenham plena consciência disso, tal movimento extrapola seus interesses corporativos e projeta novos contornos para a vida em sociedade. (CALDART, 2001, p.2)

O MST ainda através da educação vem mostrar ao assentado deve sentir orgulho da sua vida de homem do campo e da importância que este tem na sociedade. A preocupação em manter a autoestima do homem do campo está ligada ao fato de não pode haver o distanciamento do assentamento, porque a todo tempo este indivíduo está em contato com a vida urbana e o meio capitalista com sua propaganda massificada, que podem trazer uma ilusão falsa de que se afastar do campo e dos assentamentos é a melhor solução. Junto a essa pedagogia segue também uma pedagogia pela luta, que se torna um modo de conscientização em busca de mudanças, onde cada conquista por menor que seja pode dar a essas pessoas a possibilidade de transformar a sociedade.

É também a participação no movimento da luta que politiza os Sem-terra, no sentido de que passam a compreender o seu problema específico num contexto mais amplo, e como parte de uma correlação de forças sociais e políticas que não se alteram apenas porque decidiram agir para transformar sua situação particular. Muitos sem-terra quando decidem participar de uma ocupação ou entrar num acampamento, o fazem movidos pela necessidade, mas também por uma visão ainda ingênua de mundo: consideram que se são trabalhadores do campo e se dispõem a trabalhar na terra, é justo que logo a consigam e então todos os seus problemas estarão resolvidos. Pouco adianta as lideranças fazerem longos discursos para explicar que a realidade é diferente; somente experimentando pessoalmente os embates da luta pela terra é que, aos poucos, aprenderão de que relações sociais fazem parte, e o que contestam mais profundamente em cada um dos atos coletivos de que participam. (CALDART, 2001, p.5).

Por fim, podemos concluir que o MST não enxerga a educação somente como aquela ensinada na educação formal, mas como algo mais amplo presente diariamente na vida e luta das pessoas e em suas comunidades.

5.3 Zapatismo - Educação

Assim como no Brasil podemos perceber o quanto a história da educação mexicana é marcada por um caráter excludente, aqui em relação ao campesino e lá em relação aos

povos indígenas que vem sendo historicamente tratados como objetos e não como sujeitos no que tange as decisões sobre educação; porém, o movimento zapatista, através de sua visão do mundo que está em contraposição ao capital, vem executado um projeto próprio de educação: a educação autônoma, onde o Movimento nega em todos os sentidos a educação oficial. Eles entendem que tal educação é totalmente incompatível com sua visão de mundo e objetivos para a educação:

Uno de los pilares fundamentales de la reproducción del sistema político es la educación, la cual se há utilizado como instrumento para legitimar la gobernabilidad a través de una dinámica que busca formar una masa de población productiva, pero no reflexiva o crítica; que impulsa la homogeneización y anula las diferencias culturales y de género, ignorando absolutamente la idiosincrasia de los medios rurales y las lenguas autóctonas; que fomenta el individualismo y la competencia reforzando el sistema de mercado, la desigualdad y la discriminación; que no respeta ni considera las necesidades vitales ni el derecho de elección del tipo de vida. En último término, se trata de un planteamiento político al que nos oponemos por las repercusiones negativas ya mencionadas. Ejemplo fehaciente y llamativo es la anulación de las poblaciones indígenas em México como grupo cultural, y por lo tanto de su identidad y de sus necesidades. (EZLN, 1996a, p. 123)

Sobre o projeto educativo Zapatista podemos encontrar um sistema próprio sobre a educação escolar, concebido, executado, gerido e sustentado sob uma perspectiva de autogoverno contando uma concepção de educação de características próprias do mundo zapatista, de acordo com a *Junta de Buen Gobierno* de Morelia (2018), “[...] o objetivo principal da educação autônoma é aprender a ler e a escrever para ocupar cargos nos *pueblos*, municípios ou Zona, pode ser de um conselho autônomo ou membro da *Junta* [...] temos que aprender nossos direitos [...]”. Para esta Junta de Bom governo existem fatores que identificam as diferenças a educação autônoma de outro formato de educação

[...] a educação do *mal gobierno* é diferente da educação autônoma [...] porqueo objetivo da educação autônoma não é ter uma carreira, um trabalho na cidade [...] a educação autônoma busca o benefício do povo, o trabalho para o povo, para o que é a sua necessidade [...] a educação do *mal gobierno* ensina a buscar trabalho na cidade [...]. (JUNTA DE BUEN GOBIERNO DE MORELIA, 2018.

Nas escolas zapatistas existe o vínculo com as comunidades e principalmente com o Movimento, mesmo assim cada uma delas tem sua autonomia. Podemos encontrar aspectos diferenciados e aspectos comuns, conforme as diversas realidades e decisões das comunidades, municípios ou Zonas (BARONNET, 2009, GÓMEZ LARA, 2011, GUTIÉRREZ

NARVÁEZ, 2005). Sendo necessário considerar as especificidades de cada território. Para Barbosa: (2015, p. 53)

[...] el proceso de participación del acto educativo objetiva, primeramente, desarrollar su autonomía en tanto sujeto individual (en el sentido de 'individuo'). En el ámbito de la educación, el referente autónomo del sujeto se expresa desde el momento mismo de decidir si quiere o no ir a la escuela y permanecer en ella. Para citar un ejemplo, en algunos relatos de Promotores y Promotoras de la Educación Autónoma Zapatista, afirman que las niñas y los niños permanecen en la escuela mientras tengan el deseo de hacerlo. Cuando deciden no participar de las actividades escolares tienen la autonomía para irse de la escuela. Cabe al Promotor o la Promotora de Educación pensar creativamente el proceso educativo, de manera que los niños, niñas y adolescentes se vean motivados a participar en la escuela y en el proceso educativo como un todo. No obstante, es válido subrayar que el proceso creativo del quehacer educativo implica, igualmente, trabajar pedagógicamente la centralidad de la Educación Autónoma en la lucha Zapatista.

Nos Caracóis de Morelia, no primário é obrigatória a frequência, assim conseguem identificar as famílias cujos filhos não estão indo à escola, e estas podem ser chamadas a prestar esclarecimentos às autoridades. No caso da Zona de Morelia, “[...] todas as crianças e jovens estão estudando, obrigatoriamente [...]” (JUNTA DE BUEN GOBIERNO DE MORELIA, 2018). Para ingressar nas escolas, a idade mínima também é decidida por cada comunidade. Por exemplo: No *Caracol* de Morelia a idade mínima para ingresso na Primária é de seis anos: “[...] de três a cinco anos [...] nível de *maduración* [...] aos seis anos passam para a Primária [...]” (JUNTA DE BUEN GOBIERNO DE MORELIA, 2018).

Sobre métodos de avaliação, existem algumas variações entre os territórios, mas um critério pelo menos aparece como importante para praticamente todas as escolas autônomas: a avaliação deve ser usada para acompanhamento da aprendizagem, não para gerar diferença ou concorrência entre os alunos.

Concluimos que no es necesaria una boleta de calificación o un certificado de estudio, se pensó que era lo mismo en el caso de una evaluación, un examen, que se le va a extender una cierta cantidad de preguntas a los alumnos y que si lo pasaban y contestaban bien eso ya pasaba por bueno, también concluimos que eso no era correcto. Lo correcto era que lo demostrara en los hechos, o sea en su trabajo, en el desempeño de algún cargo, entonces ese joven sí está aprendiendo, consideramos nosotros que eso iba a ser la mejor evaluación. (GOBIERNO AUTÓNOMO II, 2013, p. 5)

Estas escolas são sustentadas por comunidades zapatistas, não dependem de quaisquer recursos do Estado sendo estes de qualquer ordem –não se reportam ao Estado ou a qualquer autoridade oficial e sim às autoridades autônomas locais, municipais ou de Zona,

obedecendo os princípios do *mandar obedeciendo*. O Movimento reconhece que ao longo do processo de construção da educação autônoma houve uma contribuição bastante simbólica e também material de setores da sociedade **civil** interna e externa ao país, ajudando **na** manutenção, constituição e consolidação da educação autônoma.

O Zapatismo nega não somente a educação oficial, mas também as políticas governamentais, apresentadas pelo Movimento como *programas de gobierno* (BASCHET, 2015, CHRISTLIEB, 2014, MONTEMAYOR, 2009). Bem diferente da educação oficial, executada de acordo com uma concepção de um mundo voltado para o capital, a educação autônoma **é** forjada em conformidade com a concepção do mundo Zapatista, ou seja, a total negação da educação oficial. No *Primer Encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo*, que aconteceu em 1996, na mesa que debatia sobre *Educación y ciencia con rostro humano*, o Comandante Salvador nos permite perceber através de suas palavras alguns aspectos da educação oficial na visão zapatista

Sobre los maestros como domador: sí, así, los vemos, y así salen los niños, como fieras domadas que fomentan el egoísmo y éste es el principal obstáculo de la humanidad. Para nosotros, lo importante es aprender a trabajar, no lo que ustedes llaman educación universal. La educación se aprende desde el hogar, que no requiere de documentación. ¿Por qué preocuparnos con la escuela tradicional? Ésta cuesta y no vamos a esperar. Tenemos que actuar desde ahora con la ayuda de ustedes. Se logra con foros, con música, sin egoísmos, con armonía.[...] Los niños salen competitivos por las calificaciones, egoísticas. Considerar la educación no como una serie de lecturas, sino desde el hogar, aprender a vivir. Como los maestros enseñan debe ser lo que se vive [...]. (EZLN, 1996a, p. 126)

Entre as razões para a negação à educação oficial podemos destacar além das políticas econômicas e culturais está a desvalorização e a repressão do **uso** das línguas e dos trajes indígenas, etnias, discriminação sofrida por estes alunos entre os professores, queixas em relação ao perfil, à atuação e à postura inadequada, ausências constantes ao trabalho, práticas de violências psicológicas e físicas contra estudantes, como por exemplo castigos e violações sexuais, entre outras (ENCUENTRO..., 2007, GOBIERNO AUTÓNOMO II, 2013).

Essa negação à educação oficial levou o Movimento a não ter as escolas reconhecidas pelo Estado. A educação realizada nas escolas zapatistas não é reconhecidos pela *Secretaria de Educación Pública* (SEP), órgão do Governo Federal mexicano responsável pelo sistema

oficial de educação, tornando inviável o acesso destes indivíduos as transferência ou continuidade dos estudos em escolas oficiais, sejam públicas ou privadas.

Dentre os desafios enfrentados pelo Movimento para a manutenção da educação autônoma, está o financeiro. Por não receberem os recursos do Estado se faz necessário arcar com todas as despesas das escolas, que são autossustentadas financeiramente. Ainda que em algum momento tenha havido apoio, material e simbólico, de setores da sociedade civil nacional e internacional o Movimento continuou avançando em termos de autossustento na parte financeira, pois já possuíam uma certa hegemonia na operacionalização e de gestão do seu projeto educativo, destacamos as contribuições estipuladas e realizadas por famílias que tem filhos nas escolas, tais contribuições justificam-se, por fazer parte da postura rebelde necessária para a autonomia.

O projeto de educação zapatista passou por várias fases causadas por fatores internos e externos. Podemos destacar entre os fatores internos alterações nos aspectos de organização e capacitação dos promotores, recursos financeiros e materiais. Quanto aos fatores externos, podemos destacar seu posicionamento em relação do Governo quando este não cumpriu os Acuerdos de San Andrés e a decisão de cumpri-lo unilateralmente, interrompendo assim qualquer tipo de negociação. O projeto educativo zapatista se torna diferente da educação oficial desde seus primórdios, foi concebido com a total participação das comunidades, que decidiram sobre a estrutura, a organização. (BARONNET, 2009, ENCUENTRO..., 2007, GÓMEZ LARA, 2011, GUTIÉRREZ NARVÁEZ, 2005). Podemos concluir que na visão zapatista o principal fundamento da educação autônoma tem suas bases das comunidades.

Assim como no MST, a educação não está restrita ao conteúdo da educação formal, pois “[...] também nas assembleias as crianças aprendem e em toda a comunidade [...] a escola não pretende ser a única fonte de saber [...]” (AGUIRRE ROJAS, 2015b)

6 - CONCLUSÃO

Ambas as lutas trazem à tona as desigualdades sociais provocadas pela perda dos direitos sobre as terras. A ausência do Estado causa a desejo da autonomia, o que nos faz refletir como o índio mexicano e o campesino brasileiro estão inseridos nessa sociedade. O campesinato brasileiro não está distante do indígena mexicano, quando se trata do poder do Estado, os dois

movimentos têm a educação e a terra como mote principal dessa disputa com o Estado em busca de autonomia, mesmo essa autonomia aparecendo de modos distintos, o Exército Zapatista lutando para “fortalecer a independência relativa das comunidades e das regiões mediante o autossustento de bens e serviços através de autogovernos fundada em usos e costumes” (BARTIRA, 2005 Apud, BORQUEZ e VENTURA,2005, p.56) e o MST lutando por uma escola no campo amparada pelo Estado e pelo direito a uma educação sem distinção entre campo e cidade. Ambos têm concepções diferentes sobre a sociedade, mas ainda assim têm em comum objetivos de superação do sistema do capital, segundo Barbosa

El MST y el Movimiento Zapatista son frutos de las asimetrías históricas de un desarrollo económico y de un proyecto de modernidad sumamente excluyentes. Pertenecen a un movimiento histórico de resistencias y rebeldías que enfrentan al actual status quo cultural, político y económico, por medio de la proposición e implementación de un proyecto de sociedad alternativo, el cual articula múltiples dimensiones necesarias para la emancipación humana. Por tal razón, son movimientos sociales con características particulares y que deben ser analizados a partir de una matriz analítica que demarque algunos elementos de diferenciación conceptual y de inflexión en el campo de la acción política. (2015, p. 32),

Encontramos pontos de divergência e convergência entre eles, seus objetivos são bastante parecidos na luta pelos direitos políticos, econômicos e culturais e especialmente quando se trata do direito à terra. O MST é um movimento social desarmado em sua maioria, composto por trabalhadores rurais e tem como prioridade a reforma agrária e educação escolar. O movimento Zapatista é composto em sua maioria por indígenas camponeses, está dividido em duas partes, sendo uma delas formada por apoiadores do movimento presentes na sociedade civil e outra formada por militares. O MST em alguns de seus documentos explicita que sua luta é ligada aos diversos movimentos de trabalhadores ocorridos em outros países pelo mundo quando se trata da história das classes trabalhadoras.

Podemos encontrar direta ou indiretamente em sua história um referencial teórico principalmente ligado ao marxismo, de certo que se trata de uma apropriação teórica bastante peculiar onde podemos encontrar referências como a Teologia da Libertação em consonância com um discurso de práticas liberais: “Considera-se que isso faz parte tanto da prática recorrente do MST de disputar determinadas categorias ou bandeiras, quanto das suas táticas, com vistas à interlocução com determinados setores da sociedade, inclusive no âmbito das políticas públicas” (AGUILLAR, 2018, SILVA, 2014). Já o movimento Zapatista traz em suas bases e visão de mundo o Zapatismo primevo de Emiliano Zapata, cultura dos povos indígenas principalmente de origem Maia.

Na produção do discurso Zapatista encontramos conceitos ligados à sua visão de mundo: cultura dos povos indígenas Maia, Capitalismo, trabalhadores, exploradores, aparecem de modo recorrente. Talvez isso se deva ao fato de o movimento se reconhecer principalmente como um movimento de indígenas camponeses, podemos perceber algumas diferenças no posicionamento em relação ao poder do Estado que geram implicações nos dois movimentos, na prática e teoria do seu cotidiano. Se fizermos uma comparação no que diz respeito a aspectos relacionados ao Estado e seu poder podemos gerar polemicas principalmente em relação à questão do poder. Para Brancaloneo:

Existem interpretes do zapatismo que situam tanto de um lado como de outro desta trincheira[...] o que mais impressiona no zapatismo: sua capacidade de ser apropriado e defendido por indivíduos e organizações dos mais diversos matizes ideológicas [...]”e mesmo obtendo esses apoios tão diversificado o Movimento recusa-se a participar diretamente da política parlamentar, sua defesa para tal concepção de política está pautada nos princípios de *mandar obedecendo* e na defesa de uma política *muy outra*, ou seja totalmente diferente da política institucionalizada (2015, p.278).

No MST encontramos em seus referenciais teóricos de influência marxista, a necessidade de disputa com o poder do Estado como tática para implementar as medidas necessárias para promover mudanças estruturais, operando ao mesmo tempo e articulando iniciativas institucionais e não institucionais. Para Mészáros (2002^a) tais articulações potencializam a luta contra o capital; em contrapartida Barbosa (2015) e Menezes Neto (2016), de acordo com a forma de operacionalizar tais iniciativas institucionais, pode acontecer o risco da perda da autonomia, ou seja, o Movimento tornar-se institucionalizado.

Mesmo apresentando diferenças entre si, e ainda que significativas em relação à concepção de poder, os dois Movimentos trazem uma aproximação, seja pela recusa ao autoritarismo, democracia liberal e suas vertentes ou pela defesa de uma concepção de democracia que para o MST seria uma democracia popular e para o Zapatismo, *otra democracia*, autônoma. Em ambos os casos a população deve participar efetivamente de todos os processos decisórios na sociedade. Outro aspecto de convergência entre os Movimentos é a negativa à educação oficial. Conforme Dal Ri (2017, p. 175), “[...] o ensino oficial não lhes serve, não atende as suas necessidades de formar um novo organizador para uma nova sociedade.”

Mas ainda assim o modo de operacionalizar este princípio sofre variações entre os Movimentos, encontramos ao longo das suas histórias diferentes maneiras na tentativa de levar à frente este princípio de negar a educação oficial. A concepção de mundo que embasa cada Movimento pode nos dar a noção das diferenças de posicionamentos críticos e acaba repercutindo também no rumo das suas relações com o Estado, inclusive no que diz respeito à educação. Para Menezes Neto (2016, p. 17),

A principal questão para a educação zapatista é a autonomia. Com muitos problemas inerentes a um movimento social de pessoas exploradas pelo sistema, buscam construir sua autonomia também na educação e, nesse sentido, não terão nenhuma aproximação com o poder constituído do 'Mal Governo'. Já o MST busca nas prefeituras, governos estaduais e federal, comdestaque para parcerias com as universidades, sua referência de educação.

No Movimento Zapatista, muito por conta de fatos ocorridos na sua História, especialmente a falta do cumprimento pelo governo mexicano dos *Acuerdos de San Andrés* tomou-se a decisão de não negociar ou dialogar com o Estado ou aderir a qualquer programa estatal, inclusive na saúde e educação. Para tanto, constituíram um sistema próprio e autossustentável de educação escolar, conseguindo levar uma educação autônoma e com total controle hegemônico sobre suas escolas. Podemos concluir que o Movimento Zapatista realiza uma incondicional negação a uma educação oficial.

No MST, também levando em consideração a História do Movimento e suas especificações do sistema educativo atuando tanto na educação formal quanto informal por meio de escolas próprias e de ocupação de escolas estatais, quer através de convênios ou posse, tal negação da educação oficial gera alguns desdobramentos de acordo com cada caso, abrindo margem para se pensar que a homogeneidade em relação as educação não se faz igualmente nos dois Movimentos, quando o Zapatismo nega incondicionalmente a educação oficial, traz a necessidade de responsabilidade financeira do sistema educativo isentando o Estado da garantia a educação o que comprova as conquistas após tantas lutas históricas e especial das classes trabalhadora, mas este posicionamento do Movimento gera questionamentos, para Menezes Neto (2016, p. 204-205) “E pode-se perguntar se esse procedimento também não seria um equívoco, já que a riqueza do México é produzida pelo trabalho de seu povo e, assim, se não seria justo que eles lutassem para que esses recursos voltassem para o trabalhador em forma de políticas públicas”.

No MST encontramos uma luta pelo direito à educação pública, gratuita e com qualidade social, democraticamente garantida pelo Estado no aspecto financeiro. Ao mesmo tempo sua luta é também pelos direitos das classes trabalhadoras de se tornarem autossuficientes para decidir sobre a concepção de educação que será propiciada nestas escolas. Para Silva (2014), a partir da proposição desenvolvida por Dal Ri (2012, 2015), o MST nega dialeticamente a educação oficial, elementos que contribuíram para tal proposição pode ser encontrados em alguns documentos do Movimento (1996, 1999, 2001a, 2001b, 2005, 2006, 2010), e também em organizações a ele vinculadas, entre elas, a Empresa de Assessoria Pedagógica (EAP) (EAP, 1997) e o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA, 2003). Esta negação da educação oficial proposta pelo MST decorre de vários fatores: um deles seria a incompatibilidade de sua concepção própria de mundo, que se apresenta como socialismo, e a educação oficial, ligada ao mundo do capital. Segundo Silva (2014, p. 81), “[...] negar dialeticamente a educação escolar estatal é uma condição imprescindível para [o Movimento] agir coerentemente com os seus princípios, ideologia e visão de mundo. Além disso, a negação não só é gênese como também é desdobramento dos demais princípios.”

Podemos concluir que a educação do MST está baseada nos valores humanistas e socialistas, e pretende entregar e propiciar ao Sem-terra uma formação técnico-científica, simultaneamente aliada a uma formação política, para assim formar militantes dentro de um processo prático-teórico com o objetivo da realização das transformações sociais estruturais. Em palavras do próprio Movimento (1999, 2001c), uma educação *omnilateral*.

Nossa proposta de educação está sendo posta em prática toda vez que nos organizamos para lutar por uma nova escola; toda vez que reunirmos o assentamento para tratar sobre a educação que interessa desenvolver para nossos filhos e filhas; toda vez que um assentado ou uma assentada aprenderem a ler e escrever; toda vez que mais um jovem descobre o valor de continuar estudando; toda vez que aumentamos o número de sem-terra que se formam na perspectiva de continuar a luta... toda vez que tentamos concretizarmos princípios. (MST, 1996, p. 27)

Quando o MST nega a educação oficial, presente desde o início do Movimento, torna possível seu projeto educativo na totalidade, esse processo passou por alterações ao longo de sua história, principal e especialmente no que diz respeito aos critérios de formas de operacionalizar esta educação. Neste caso, para o MST, a negação não seria a *priori* a recusa incondicional à educação oficial, pois a construção da escola pública, gratuita, universal e de qualidade social é mais uma das suas reivindicações a luta do Movimento é também

para, através da mudança nas estruturas internas da escola estatal, promover alterações necessárias na educação. Para o MST (2001c, p. 30) “A pedagogia do movimento não cabe na escola, porque o movimento da formação humana não cabe na escola, mas a escola cabe na pedagogia do movimento.”

7. SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Aula 01

Professor(a):

Disciplina: História.

Nível de ensino:

1º segmento do Ensino Fundamental

2º segmento do Ensino Fundamental

Ensino Médio

Ano/Série: 9º ano.

Duração: 50 minutos.

Tema: Revolução Mexicana

Problema: Quem foi Emiliano Zapata e a Revolução Mexicana

Objetivos: Compreender como Emiliano Zapata se tornou uma figura importante na História do México

Conceitos/Noções: Revolução/ Revolta popular

Procedimentos e estratégias:

- Exposição didática a respeito dos motivos que levaram a Revolução Mexicana

Material:

- Quadro/ textos

Avaliação: Participação na aula.

Aula 2

Professor:

Disciplina: História.

Nível de ensino:

1º segmento do Ensino Fundamental

2º segmento do Ensino Fundamental

Ensino Médio

Ano/Série: 9º ano.

Duração: 50 minutos.

Tema: Revolução Mexicana/Exército de Libertação Zapatista.

Problema: Como surge o Exército Zapatista de Libertação Nacional e porque carrega esse nome?

Objetivos: Compreender como a história das lutas por direitos civis se encontra com o Exército Zapatista de Libertação Nacional

Conceitos/Noções: Sociedade/luta por direitos civis

Procedimentos e estratégias: Exibição de dois trechos do segundo episódio (Revolução) da série 1994 (2019)

Material: Projetor

- Caderno
- Lápis

Avaliação: Participação/comentários sobre o que foi assistido

Aula 03 Profsor(a):

Disciplina: História.

Nível de ensino:

- 1º segmento do Ensino Fundamental
- 2º segmento do Ensino Fundamental

Ensino Médio

Ano/Série: 9º ano.

Duração: 100 minutos.

Tema: Continuação sobre o EZLN e suas semelhanças com o MST.

Problema: Porque o Movimento dos trabalhadores sem-terra no Brasil não tem uma formação parecida com o EZLN?

Objetivo: Analisar através da História dos Movimentos quais aspectos de cada um poderiam ser aplicado ao outro

Procedimentos e estratégias: Exibição dos 30 primeiros minutos do filme Chão (2019)

Material:

- 1 projetor
- 1 quadro

Avaliação: Em grupos fazer uma breve discussão sobre as principais semelhanças entre os dois Movimentos e fazer uma pequena apresentação para os demais grupos sobre a conclusão que chegaram.

8. REFERÊNCIAS

- ADDOR**, Felipe. **Sensibilizando sem tomar o poder**. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1633>. Acesso em: 21 nov 2021.
- AGUIRRE ROJAS**, Carlos Antonio. A modo de introducción – Chiapas en perspectiva histórica. In: **AGUIRRE ROJAS**, Carlos Antonio *et al.* *Chiapas en perspectiva histórica*. Espanha: El Viejo Topo, 2009b. p. 7-24.
- AGUIRRE ROJAS**, Carlos Antonio. *Antimanual del buen rebelde*. Guía de la contrapolítica para subalternos, anticapitalista y antisistémicos. Ciudad de México: Editorial Contrahistorias, 2015a.
- AGUIRRE ROJAS**, Carlos Antonio. Artes, ciencias y saberes neozapatistas. Nacer desde abajo el nuevo mundo no capitalista. *Contrahistorias*, Ciudad de México, n. 27, p. 25-42, mar. 2017.
- AGUIRRE ROJAS**, Carlos Antonio. *Chiapas, Planeta Tierra*. Ciudad de México: Editorial Contrahistorias, 2010.
- AGUIRRE ROJAS**, Carlos Antonio. *Contrahistoria de la Revolución Mexicana*. Pistas de una Agenda Abierta. Ciudad de México: Editorial Contrahistorias, 2009a.
- AGUIRRE ROJAS**, Carlos Antonio. La cuestión indígena en México y América Latina. Una visión desde la larga duración histórica. *Contrahistorias*, Ciudad de México, a. 14/15, n.
- AGUIRRE ROJAS**, Carlos Antonio. La Educación Zapatista. *Vídeo*. Universidad de Humanismo Cristiano - Facultad de Pedagogía, Santiago de Chile. Julio de 2015b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Sorn6Q9xS_4>. Acesso em: 5 mar. 2021.
- AGUIRRE ROJAS**, Carlos Antonio. *La situación del neozapatismo mexicano en 2018*. Centro de Documentação e Memória da Unesp, São Paulo. Julho 12, 2018b.
- AGUIRRE ROJAS**, Carlos Antonio. *Mandar obedeciendo: as lições políticas do neozapatismo mexicano*. San Cristóbal de las Casas: Ediciones Cideci-Unitierra Chiapas, 2008.
- AGUIRRE ROJAS**, Carlos Antonio. *Movimientos antisistémicos: pensar lo antisistémico en los inicios del Siglo XXI*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2012.
- AGUIRRE ROJAS**, Carlos Antonio. Raíces, orígenes e inicios del Neozapatismo mexicano.

AZEVEDO, Reinaldo, Disponível em : <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-estado-paralelo-do-mst-as-mortes-no-campo-e-as-mistificacoes>> acesso em 21 de nov 2021

BARBOSA, Lia Pinheiro. Educação, resistência y conocimiento en América Latina: por una teoría desde los movimientos sociales. *De Raíz Diversa*, v. 3, n. 6, p. 45-79, jul.-dez. 2016.

BARBOSA, Lia Pinheiro. Educação, resistência y movimientos sociales: la praxis educativo-política de los Sin Tierra y de los zapatistas. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2015. Disponível em: http://www.redmovimientos.mx/2016/wp-content/uploads/2016/10/barbosa_-_2015_-

BARBOSA, Lia. A experiência zapatista na educação. (Depoimento). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UsMmQs7UFWQ>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2021.

BARONNET, Bruno. *Autonomía y educación indígena: Las escuelas zapatistas de las cañadas de la Selva Lacandona de Chiapas, México*. 2009. 545 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – El Colegio de México, Ciudad de México; Université Sorbonne Nouvelle, Paris. Disponível em: http://m.cedoz.org/site/pdf/cedoz_886.pdf. Acesso em: 3 fev. 2021.

BARONNET, Bruno. La apuesta de las escuelas zapatistas de Chiapas por descolonizar la educación en los pueblos campesinos mayas. *Decisio*, Pátzcuaro, v. 30, p. 39-43, 2011.

BASCHET, Jérôme. *Adiós al capitalismo: autonomía, sociedad del buen vivir y multiplicidad de mundos*. Espanha: Ned Ediciones, 2015.

BASCHET, Jérôme. *Podemos gobernarnos nosotros mismos: la autonomía, una política sin el Estado*. San Cristóbal de las Casas: Ediciones Cideci-Unitierra Chiapas, 2017.

BASCHET, Jérôme. Punto de vista e investigación: el caso del zapatismo. *Desacatos*, n. 33,

BONETI, Lindomar Wessler. Educação e movimentos sociais hoje. In: JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. (org.). *Educação e movimentos sociais: novos olhares*. Campinas: Alínea, 2007. p. 55-73

BRAGA, Ana Carolina; **MAZZEU**, Francisco José Carvalho. O analfabetismo no Brasil: lições da história. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 21, n. 1, p. 24-46, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9986>. Acesso em 13 fev 2021

BRANCALEONE, Cassio. *Teoria social, democracia e autonomia: uma interpretação da experiência de autogoverno zapatista*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2015.

BRITO, Felipe; **ALVES**, José Cláudio; **LOBO**, Roberta. Violência social. In: **CALDART**, Roseli Salete *et al.* (org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 770-777.

CALDART Roseli, O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. *Estud. av.* vol.15 no.43, pag. 02. São Paulo Sept. /Dec. 2001

CALDART, Roseli Salete. *Educação em movimento: formação de educadoras e educadores no MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, Roseli. Salete. O MST e a formação dos Sem Terra: O movimento Social como princípio educativo. In: **GENTILI**, Pablo.; **FRIGOTTO**, Gaudêncio. (orgs). *A cidadania negada; políticas de exclusão na educação e no trabalho*. 2 ed. São Paulo

COMPARATO, Bruno. A ação política do MST. *São Paulo Perspec.* vol.15 no.4 São Paulo Oct. /Dec. 2001

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem-terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.

DAL RI, Neusa Maria *et al.* Concepções teórico-práticas de educação e trabalho no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Projeto de pesquisa com apoio financeiro do Relatório técnico-científico encaminhado ao CNPq em setembro de 2015*. Edital 2012 – ciências humanas, sociais e sociais aplicadas. Processo n. 404960/2012-0 - Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Marília, 2015.

DAL RI, Neusa Maria. Educação democrática e movimentos sociais: antecedentes da pedagogia do trabalho associado II: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil e Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) do México. *Projeto de Pesquisa*. Marília, 2015

DAL RI, Neusa Maria. *Educação democrática e trabalho associado no contexto político-econômico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. 2004. 315 f. Tese (Livro-Docência) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

DAL RI, Neusa Maria. Movimentos sociais e educação democrática: antecedentes da pedagogia do trabalho associado. *Projeto de Pesquisa*. Fase I - Marília, 2012.

DAL RI, Neusa Maria. Movimentos sociais e educação democrática: antecedentes da pedagogia do trabalho associado. In: ELISALDE, Roberto; DAL RI, Neusa Maria; AMPUDIA, Marina; FALERO, Alfredo, PEREYRA, Kelly (org.). *Movimientos sociales, educación popular y trabajo autogestionado en el Cono Sur*. Buenos Aires: Buenos Libros, 2013, v. 1, p. 97-132.

DAL RI, Neusa Maria. Movimentos sociais e educação democrática: antecedentes da pedagogia do trabalho associado. *Projeto de Pesquisa*. Fase II - Marília, 2015.

DAL RI, Neusa Maria. *Sindicato, autonomia e gestão democrática na universidade*. 1997.221 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

DAL RI, Neusa Maria. Um panorama dos novos movimentos sociais latino-americanos e a pedagogia do trabalho associado. In: NOVAES, Henrique Tahan;

DAL RI, Neusa Maria (org.). *Movimentos sociais e crises contemporâneas*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. p. 165-179.

DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Candido Giraldez. *Educação democrática e trabalho associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas fábricas de autogestão*. São Paulo: Ícone: FAPESP, 2008.

DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Candido Giraldez. Gestão democrática na escola pública: Escola Construindo o Caminho. *Educação Unisinos*. São Leopoldo. v. 14, n. 2, p. 11-125, 2010.

EDUCAÇÃO NO CAMPO - Políticas Educacionais para o meio rural na América Latina, 1., 2017, São Carlos. *Anais* São Carlos, 2017. p. 1-6. em: 15 abr. 2018.

ENCUENTRO de los pueblos zapatistas con los pueblos del mundo, 1., San Andrés Sakamch'en de los Pobres – Chiapas, 2007. *Anais...* San Andrés Sakamch'en de los Pobres – Chiapas, 2007, 98 p.

ENTRE os sem-terra, sempre é tempo de aprender. 2006. Disponível em <>. Acesso em: 16 de abril de 2008.

EZLN. “Cupo lleno en comunidades para la escuela zapatista”. Comunicado de 13 de junho de 2013. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2013/06/13/cupo-lleno-en-comunidades-para-la-escuela-zapatista/>> Acesso em: maio de 2021

FERNANDES, Bernardo Maçano. Território camponês. *In*: CALDART, Roseli Salete *et al.* (org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 746-750.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998

GIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *Educação e movimento operário no Brasil*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1987.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2021.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Rev. Bras. Educ.*, Riode Janeiro, v. 16, p. 333-361, 2011.

GOHN, Maria da Glória. Prefácio. *In*: BAUER, Carlos. *Educação, terra e liberdade: princípios educacionais do MST em perspectiva histórica*. São Paulo: Pulsar; Xamã, 2009. p. 11-15.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LARA, H. G. Indígenas, mexicanos y rebeldes. Procesos educativos y re significación de identidades en los Altos de Chiapas. México: Cesmeca-Unicach, Juan Pablos Editor, 2011

LIMA, Márcia Helena de. Educação e Reforma Agrária: (re)configurações entre a cidade e o campo. Uberlândia. Dissertação (Mestrado em Geografia). Univ. Federal de Uberlândia, 2001, p.116- 117.

Manifesto das educadoras e dos educadores da reforma agrária ao povo brasileiro. *In*: CALDART, R. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004. [anexo]. p. 427-429.

MEDEIROS, E. C. de. A dimensão educativa da mística sem-terra: a experiência da Escola Nacional “Florestan Fernandes”. Dissertação (Mestrado). Florianópolis, SC: UFSC, Centro de Ciências da Educação, p.48-49, 2002

MENEZES NETO, Antonio Julio de. *Movimentos sociais e educação: o MST e o Zapatismo entre a autonomia e a institucionalização*. São Paulo: Alameda, 2016.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOREIRA, Anelize; In: <https://mst.org.br/2019/03/25/como-funcionam-as-escolas-do-campo>

MOREIRA, Antônio Carlos. *Conquista na Fronteira: desenvolvimento territorial com sustentabilidade*. Frederico Westphalen: URI Frederico Westph, 2013.

MOREL, Ana Paula. Terra, autonomia e ch'ulel: aprendizados na educação zapatista. Rio de Janeiro, 2018. 250 fls. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *A reforma*

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). A reunião das crianças. *Revista das crianças Sem Terrinha*. São Paulo, n. 5, out. 2012. p. 2-13.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Assentados*

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Bandeiras*.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Boletim da educação – O desenvolvimento da educação em Cuba – n. 6, set/95 – MST: São Paulo, 1995. (Coletivo Nacional do Setor de Educação)*

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Caderno de educação n° 2 – Alfabetização*. 3. ed. São Paulo: MST, 1998.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Cartografia*

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Como fazemos a escola de educação fundamental. *Caderno de Educação*. MST, s. l., n. 9, 1999.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Construindo o caminho*. São Paulo: MST, 2001a.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Construindo*

- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST).** *Cooperação*
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST).** *MST – Lutas*
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST).** *Mulher*
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST).** *Nossa história.*
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST).** *Nossa produção.*
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST).** *Nossos Símbolos.*
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST).** *O legado de Che*
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST).** *Objetivos.* 2014f.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST).** *Pedagogia do Oprimido*
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST).** *Princípios da educação no MST.* Porto Alegre: MST, 1996.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST).** *Produção de terras*
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST).** *Quem Somos* 2014g. Disponível em: <http://www.mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 16 jul. 2017.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST).** *Textos para estudo e debate.* São Paulo: MST, 2007.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)** – Acompanhamento às escolas. *Boletim da Educação.* Porto Alegre, n.8, jun., 2001c.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST).** *Campanha de construção da Escola Nacional do MST.* Caderno de Formação n. 29, São Paulo: MST, 1998.
- MUÑOZ RAMÍREZ,** Gloria. EZLN: 20 y 10, el fuego y la palabra. México. Demos, Desarrollo de Medios. 2003. 298 p.

NOVAES, Henrique Tahan. Qual autogestão? *In*: NOVAES, Henrique Tahan (org.). *O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 67-94.

NOVAES, Henrique Tahan; **PIRES**, João Henrique Souza. Corporações transnacionais, a agenda agroecológica do MST e as escolas de agroecologia. *In*: NOVAES, Henrique Tahan; **DAL RI**, Neusa Maria (org.). *Movimentos sociais e crises contemporâneas*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. p. 269-296p. 189-201, mai-ago. 2010. Disponível em: <http://www.crefal.edu.mx/decisio/>. Acesso em: 16mar. 2021.

PIATTI, Célia Beatris *in*: Pedagogia da alternância: espaços e tempos educativos na apropriação da cultura, Boletim GEPEP – v.03, n. 05, dez. 2014.

RIBEIRO, Danielle Cristine. *O Estado no sistema sociometabólico do capital: uma relação de complementaridade na base material*. 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

RIDENTI, Marcelo. *Classes sociais e representação*. São Paulo: Cortez, 1994.

ROJAS, C. A. A. La nueva etapa del neozapatismo mexicano. *Revista Encrucijada Americana*, 2014, nº 2.

ROSA, Marcelo C. Biografias e movimentos de luta por terra em Pernambuco. *Tempo Social*, v. 21, n. 1, p. 157-180, 2009.

SANTOS, Arlete Ramos dos. *A gestão educacional do MST e a burocracia do Estado*. 2010. 223 f. Dissertação (Mestrado em Educação: conhecimento e inclusão social) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas, Belo Horizonte.

SANTOS, Ellen Felício dos. *Ensino e trabalho produtivo na Pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*. 2018. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

SANTOS, Fernanda Fernandes dos. *Concepções teórico-práticas dos docentes da educação básica de Marília acerca da gestão democrática*. 2006. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

SANTOS, Juliana da Silva. O movimento zapatista e a educação: direitos humanos, igualdade e diferença. 2008. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em */Juliana_da_Silva_Santos.pdf*. Acesso em: 21 fev 2021.

SANTOS, Lais Ribeiro dos; **NOVAES**, Henrique Tahan. Algumas notas sobre gestão democrática e participação na educação profissional em agroecologia do MST/Paraná. *In: JORNADAS DE JÓVENES INVESTIGADORES DEL GRUPO MONTEVIDEO*, 21, 2013, Corrientes - Argentina. *Anais... Corrientes*, 2013.

SANTOS, Maria Rosimary Soares dos. *Autonomia, participação popular e educação em um contexto de reforma do Estado*. 2007. 280 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

SANTOS, Maurício Campos dos. Repressão aos movimentos sociais (campo e cidade). *In: CALDART*, Roseli Salette *et al.* (org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 675-680.

SAVIANI, D. Escola e democracia. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1984.

SILVA, Cláudio Rodrigues da. *Educação e trabalho em movimentos sociais: princípios educativos transcendentais e comuns ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), aos Socialistas Utópicos Owenistas e aos Cartistas Britânicos*. Marília, 2014. .

SILVA, Maraísa Priscila Samuel da. *Gestão democrática: concepções teórico-práticas dos diretores das escolas de educação básica da cidade de Marília*. 2006. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

SOARES, Cassio Cunha. *Sobre o significado da experiência de autogoverno zapatista*. 2012. 363 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.btdt.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5899. Acesso em: 15 abr. 2021.

SUBCOMANDANTE INSURGENTE GALEANO. El muro y la grieta: primer apunte sobre el método zapatista. *In: EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL (EZLN)*

SUBCOMANDANTE INSURGENTE GALEANO. *Entre la luz y la sombra.* 2014. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2014/05/25/entre-la-luz-y-la-sombra/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS. Entrevista al Subcomandante Marcos en Primero Noticias. 2006. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=irLRvbI3qpc&t=131s>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS. Reflexión Sucomandante Marcos sobre la ‘Consulta por la Paz y la Democracia’. *Entrevista.* 1995. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yFMExhL-1Tk>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS. *Subcomandante Marcos: Según nuestro calendario, la história del EZLN, previa al início de la guerra, tuvo 7 etapas.* 2003.

SUBCOMANDANTE INSURGENTE MOISÉS. Economía política I – Una mirada desde las comunidades zapatistas. *In: EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL (EZLN) (org.). El pensamiento crítico frente à la hidra capitalista I.* San Cristóbal de las Casas: s.e, 2015a. p. 77-96.

SUBCOMANDANTE INSURGENTE MOISÉS. Economía política II – Una mirada desde las comunidades zapatistas. *In: EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL (EZLN) (org.). El pensamiento crítico frente à la hidra capitalista I.* San Cristóbal de las Casas: s.e, 2015b. p. 77-108.

TERRA NOSSA – Boletim informativo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – São Paulo. Ano II, n. 08, jan./fev. 1994. Disponível em: Acesso em: 15 Jan 2021.

TEIXEIRA, Aloisio. Introdução. *In: TEIXEIRA, Aloisio (org.). Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época.* Rio de Janeiro: Record, 2002.p. 13-45. *Terra.* São Paulo: MST, 2000.

MORAES, Agnes Iara Domingos; **SILVA NETO,** Nathanael da Cruz e. Educação Inclusiva no Projeto Educacional do MST. *Comunicações,* Piracicaba, v. 22, p. 149-164, 2015.

TORRES, Julio Cesar; **SILVA,** Cláudio Rodrigues; **MORAES,** Agnes Iara Domingos. Escolas públicas no campo: retrospectiva e perspectivas em um contexto de projetos políticos em disputa. *Revista Eletrônica de Educação,* São Carlos, v. 8, n. 2, p. 262-272, jul./dez. 2014.

XIMENES, Salomão Barros. Direito à qualidade na educação básica: teoria e crítica. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

